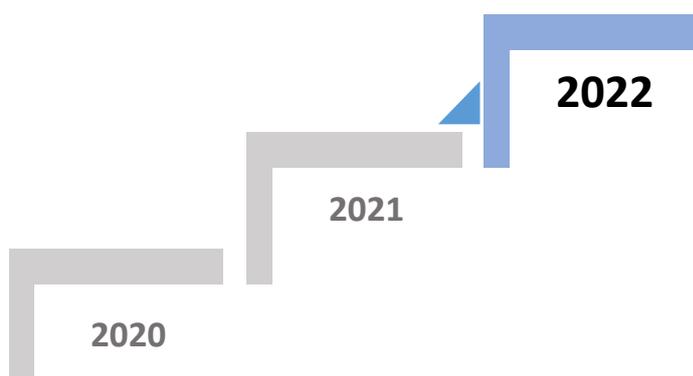




**Instituto de Ação Social  
das Forças Armadas**

Ao seu lado, hoje e sempre.

## **Relatório de Atividades**





***Ficha Técnica***

**Título:** Relatório de Atividades de 2022– Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.

**Autoria:** *Gabinete de Auditoria Interna*

**Edição:** IASFA

## Índice

APRESENTAÇÃO .....	4
NOTA INTRODUTÓRIA .....	5
<b>CAPÍTULO I – O IASFA, A ESTRATÉGIA ADOPTADA E A CONJUNTURA .....</b>	<b>6</b>
1. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL.....	6
2. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
3. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS.....	9
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	11
5. <i>STAKEHOLDERS</i> EXTERNOS E INTERNOS.....	11
6. ÁREAS DE INTERVENÇÃO E VALÊNCIAS .....	13
<b>CAPÍTULO II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS AFETOS .....</b>	<b>13</b>
7. CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PLANO E ESTRATÉGIA SEGUIDA.....	13
8. RESULTADOS PREVISTOS ALCANÇADOS, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS15	
8.1. <i>AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR - ASC</i> .....	15
8.2. <i>CENTROS DE APOIO SOCIAL E CEREPOSA</i> .....	30
8.4. <i>ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES - ADM</i> .....	32
8.5. <i>AÇÕES DE APOIO AO CONSELHO DIRETIVO</i> .....	38
9. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS..	38
10. BREVE ANÁLISE SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	47
11. APRECIÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM QUAR .....	49
12. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> .....	52
13. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	54
14. MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO.....	56
15. CONCLUSÕES (e PROSPETIVA).....	57
ÍNDICE DE FIGURAS .....	60
GLOSSÁRIO.....	62
ANEXOS.....	63

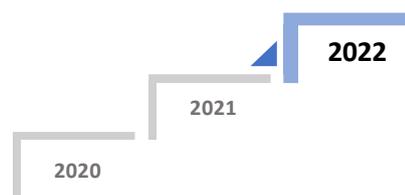
## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades (RA) apresenta as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. doravante designado por IASFA, durante o ano de 2022.

Assim, em obediência quer ao previsto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, quer à Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, nomeadamente o disposto nos seus artigos 8.º e 12.º, bem como às *Linhas de Orientação Gerais da Avaliação dos Serviços*, realizou-se o presente exercício analítico e avaliativo que procura espelhar os principais resultados alcançados.

Foram 29 os objetivos setoriais gerais (OSG ≈ operacionais), por referência aos 6 objetivos estratégicos (OE) delineados para o período de 2019-2021, o qual foi estendido ao ano de 2022, que concorreram para o cumprimento da missão do IASFA.

- OE1 – Melhorar o apoio aos beneficiários**
- OE2 – Alcançar o equilíbrio financeiro do IASFA**
- OE3 – Melhorar a comunicação institucional**
- OE4 – Rentabilizar as capacidades dos CAS**
- OE5 – Otimizar os processos de gestão interna**
- OE6 – Investir nas pessoas e nas tecnologias**



Sob a orientação do Conselho Diretivo (CD) do IASFA, a coordenação e a elaboração do RA2022 ficaram a cargo do Gabinete de Auditoria Interna (GAI), criado através da deliberação 24/2020 do CD do IASFA, em articulação com todas as Unidades Orgânicas (UO).

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_

O Presidente do Conselho Diretivo

Fernando de Campos Serafino  
Tenente-General

A Vogal do Conselho Diretivo

Paula Costa

O Vogal do Conselho Diretivo

Manuel da Silva Lopes

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório dá a conhecer o desempenho do IASFA durante o ano de 2022, identificando o grau de execução dos objetivos definidos tanto no QUAR como no Plano de Atividades (PA), bem como a avaliação dos resultados alcançados e dos recursos utilizados.

A atuação do IASFA esteve alinhada com as suas atribuições, tendo sido assegurada a articulação com a Tutela e a promoção do diálogo com os *stakeholders* externos e internos, com o objetivo de partilhar conhecimento, debater temas relevantes para o Instituto assim como divulgar informação com interesse.

O documento está estruturado em três capítulos. No primeiro é feita uma breve análise conjuntural, seguida de um sumário executivo com os *Grandes Números* do IASFA em 2022, a apresentação dos objetivos estratégicos (OE), dos *Stakeholders* internos e externos e das áreas de intervenção e respetivas valências.

No segundo capítulo, apresenta-se o alinhamento entre os OE e os OSG, os resultados alcançados no PA ao nível de cada Unidade Orgânica (UO), bem como outras atividades desenvolvidas além do previsto em PA.

No terceiro capítulo faz-se a avaliação final, apresenta-se a execução do PA e do QUAR, a proposta de menção de avaliação no âmbito do SIADAP1 e outros critérios dispostos na alínea a) do nº 2 do art.º 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, como sejam, a apreciação por parte de utilizadores, a avaliação do sistema de controlo interno e a avaliação de medidas para reforço positivo de desempenho. Termina-se com a apresentação de conclusões e prospetiva.

O Anexo E do Relatório, apresenta um conjunto de informação financeira e patrimonial relativa ao ano em avaliação, 2022, comparando-a com anos anteriores, não invalidando a informação que vier a constar em Relatório de Gestão e Contas.

## CAPÍTULO I – O IASFA, A ESTRATÉGIA ADOPTADA E A CONJUNTURA

### 1. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

O ano de 2022, caracterizou-se pela consolidação do equilíbrio financeiro do IASFA obtido no ciclo anterior, focado no rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos pelo subsistema público de saúde Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), aspeto que se considerou determinante para a construção e consolidação de uma imagem institucional de credibilidade e de confiança, na melhoria do apoio prestado aos beneficiários, ao nível da ação social complementar (ASC) e ao nível da ADM, na rentabilização do património do IASFA e na preparação do próximo ciclo estratégico.

Com a extensão do ciclo de planeamento anterior a mais um ano, o de 2022, o IASFA procurou consolidar os resultados obtidos do antecedente e ajustar os métodos e processos para níveis de eficiência e eficácia superiores, abrindo caminho para o investimento futuro, crescente e focado na melhoria do apoio aos nossos beneficiários.

A ação desenvolvida para melhorar do apoio aos beneficiários nas diferentes valências de ASC é descrita no presente relatório, a par da adoção de medidas para recuperar receita e equilibrar o sistema, depois de um longo período condicionado pela pandemia, sendo que a rentabilização do património do IASFA continuou a ser um domínio prioritário. Conscientes que os recursos são limitados, com prudência deram-se passos incrementais, sólidos e sustentáveis, que em efeito cascata, se pretende venham a produzir resultados positivos a curto e médio prazo. São exemplos a aposta na melhoria das condições habitacionais do nosso património habitacional, com o conseqüente aumento do número frações disponibilizadas em concursos de arrendamento e os estudos e investimentos na infraestrutura de comunicações e nos sistemas informáticos que apoiam a nossa atividade, designadamente, o início da discussão de um novo conceito para a substituição do sistema de informação e gestão da ADM.

Ao nível da ADM, uma vez sanada a totalidade da dívida que existia aos prestadores privados de cuidados de saúde, em 2022 importou manter e aprofundar as medidas adotadas no ciclo anterior para controlar a despesa e a receita, de forma a manter o equilíbrio do subsistema. Foi também alargada a rede de convencionados da ADM, incluindo nas regiões autónomas, para além de outras melhorias que foram introduzidas, nomeadamente a redução dos prazos de reembolso do regime livre.

Apesar de em 2022 se ter conseguido manter o subsistema da ADM equilibrado e sem dívidas aos prestadores privados, continua a ser indispensável a revisão do seu regime jurídico, contemplado no Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, para promover as alterações estruturais necessárias à consolidação do equilíbrio já alcançado, tarefa que ultrapassa as competências próprias do Instituto.

Foi nesta linha que no final de 2021 e início de 2022, ao aproximar-se o fim de um ciclo estratégico, estudaram-se medidas que desejavelmente deveriam ser adotadas no próximo plano estratégico do IASFA, tanto ao nível da ASC como da ADM, para melhor capacitar o Instituto para cumprir a sua atual missão e melhor colocá-lo para fazer face aos desafios do futuro. Foi neste quadro que durante o ano de 2022 se promoveu um processo de reflexão e debate em torno daquilo que se designou por Bases de uma Estratégia para o IASFA, aberto a todos os que quisessem dar o seu contributo, convictos que as questões colocadas a debate se afiguravam pertinentes, justas e adequadas aos novos tempos.

A missão do IASFA coloca e colocará sempre os Beneficiários, titulares e familiares, no centro da atividade que desenvolve, seja no âmbito da Ação Social Complementar, componente fundacional da missão do Instituto, seja da Assistência na Doença dos Militares.

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

Globalmente, o balanço das atividades desenvolvidas em 2022 revela-se positivo, com uma execução dos objetivos do PA de 90%. O QUAR (Anexo A) apresentou uma execução de 118,7%.

A taxa de execução de Recursos Humanos de 66%, revela um número de efetivos aquém do previsto em Mapa de Pessoal. O índice de produtividade foi de 122%, com um efetivo de RH abaixo do previsto, com um desempenho acima dos 100%, o que é positivo. A taxa de execução de Recursos Financeiros de 96%, relevando-se a correlação entre as despesas com pessoal que acompanham a taxa de execução dos recursos humanos.

O quadro que se apresenta na figura n.º 1 reúne um conjunto de indicadores de gestão, Grandes Números do IASFA em 31 de dezembro de 2022, traduzindo em valores absolutos a atividade do IASFA nas suas valências. Retrata, ainda, a evolução dos recursos humanos e financeiros em 2022.

RECURSOS				
FINANCEIROS				
	Orçamento	Execução	Desvio	taxa de execução orçamental
<b>O. FUNCIONAMENTO</b>	<b>98 219 968,00 €</b>	<b>92 584 075,97 €</b>	<b>-5 635 892,03 €</b>	<b>94%</b>
Despesas com o Pessoal	12 200 000,00 €	9 303 603,94 €	-2 896 396,06 €	76%
Aquisição Bens e Serviços	84 273 301,00 €	83 180 482,46 €	-1 092 818,54 €	99%
Outras Despesas Correntes	1 746 667,00 €	99 989,57 €	-1 646 677,43 €	6%
PIDDAC				
Outros valores	1 282 053,00 €	2 944 553,03 €	1 662 500,03 €	230%
<b>TOTAL OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>99 502 021,00 €</b>	<b>95 528 629,00 €</b>	<b>-3 973 392,00 €</b>	<b>96%</b>

HUMANOS			
	Mapa Pessoal   postos trabalho	Nº efetivos	taxa de execução RH
	855	565	66%
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Direção Intermédia e Chefes de Equipa	17	16	94%
Técnicos Superiores (inclui Esp.Inf.)	120	82	68%
Docentes	8	7	88%
Coordenadores Técnicos	9	8	89%
Assistentes Técnicos (inclui Téc.Inf)	233	165	71%
Encarregados Operacionais	9	7	78%
Assistentes Operacionais	406	248	61%
Terapeutas	16	14	88%
Enfermeiros	34	15	44%

Grandes Números IASFA		Indicadores de Gestão			
VALÊNCIAS		Ano <b>2022</b>			
AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR		Data <b>31/dez/22</b>			
N.º de beneficiários ASC	<b>110 541</b>	N.º atendimentos nos CAS	<b>18 666</b>		
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>		<b>TURISMO E LAZER</b>		<b>APOIO A IDOSOS</b>	
N.º utentes das Residências Universitárias (R.U.)	<b>31</b>	N.º de eventos culturais e recreativos promovidos por iniciativa dos CAS	<b>59</b>	N.º beneficiários ERPI	<b>415</b>
N.º utentes Berçário	<b>16</b>	N.º de beneficiários em grupos organizados, nacionais no estrangeiro, no âmbito CLIMS	<b>0</b>	N.º camas ERPI	<b>498</b>
N.º utentes Creche/JI	<b>87</b>	N.º de beneficiários nacionais, regime individual, CLIMS no estrangeiro (inclui turnos)	<b>154</b>	N.º camas <i>Reserva Urgência interna</i>	<b>10</b>
		N.º Beneficiários CLIMS, estrangeiros em grupos organizados, em Portugal	<b>78</b>	N.º de Apartamentos Autónomos/Residências Assistidas	<b>28</b>
		N.º Beneficiários CLIMS e outros estrangeiros regime individual, em Portugal	<b>1084</b>		
<b>APOIO NA SAÚDE</b>		<b>APOIO SOCIAL</b>			
N.º serviços de apoio médico	<b>16</b>	N.º Beneficiários em alojamento temporário	<b>781</b>		
N.º Centros e Postos Médicos	<b>11</b>	N.º de beneficiários subsidiados	<b>1322</b>		
		N.º subscritores do Ex-Cofre de Previdência	<b>21587</b>		
<b>APOIO À HABITAÇÃO</b>					
N.º imóveis hab. arrendados renda económica	<b>992</b>	N.º imóveis hab. devolutos renda económica	<b>566</b>	N.º imóveis lançados a concurso	<b>60</b>
N.º imóveis hab. concurso (em fase de obra)	<b>34</b>	N.º apartamentos recuperados para Residências Assistidas	<b>9</b>	N.º imóveis hab. arrendados renda livre	<b>174</b>
<b>ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES</b>					
N.º de beneficiários ADM	<b>106 675</b>	N.º de beneficiários associados ADM	<b>14 802</b>	Validação de beneficiários extraordinários ADM	<b>18 565</b>

NOTA – Os imóveis devolutos para arrendamento mantêm a classificação “renda económica” ou “renda livre” que lhes estava atribuída anteriormente, mas desde 2019 as habitações são arrendadas exclusivamente em regime de renda económica e as frações não habitacionais são arrendadas exclusivamente em regime de renda livre.

Fig. 1 Grandes Números IASFA-31DEZ22

A execução do PA2022 (90%) e do QUAR2022 (118%).



Fig. 2 Execuções alcançadas PA2022 e QUAR2022

### 3. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

#### 3.1. Enquadramento legal

O IASFA é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Prossegue atribuições do MDN, sob superintendência e tutela do respetivo Ministro, conforme disposto na legislação estruturante, o Decreto-Lei n.º 193/2012, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2016 de 29 de junho.

#### 3.2. Missão, visão, valores e atribuições

O que fazemos?	<b>Missão</b> Garantir e promover a ação social complementar dos seus beneficiários e gerir o sistema de assistência na doença aos militares das Forças Armadas.
O que pretendemos atingir?	<b>Visão</b> Atingir o equilíbrio financeiro e conseguir melhorar o apoio que presta aos seus Beneficiários
<p><b>Valores</b></p>  <p>O diagrama apresenta os quatro valores fundamentais do IASFA em um layout de 2x2. No topo, o termo 'Valores' é centralizado. Abaixo dele, há quatro caixas azuis arredondadas: 'Coerência' (topo-esquerda), 'Credibilidade' (topo-direita), 'Governança' (fundo-esquerda) e 'Transparência da Instituição' (fundo-direita). Linhas brancas com setas indicam conexões horizontais e verticais entre as caixas, sugerindo uma relação integrada entre todos os valores.</p>	
	<p><b>Coerência</b> Valorizamos as redes pessoais de pertença e de interação social dos nossos Beneficiários e famílias, desde as crianças aos jovens, até aos mais idosos.</p> <p><b>Credibilidade</b> Perante a Tutela, os Beneficiários e os prestadores com a adoção do método Lean.</p> <p><b>Governança</b> Pretendemos alcançar ainda mais conhecimento para uma melhor intervenção, implementando instrumentos de gestão apropriados e eficazes.</p> <p><b>Transparência na Instituição</b> Conferir maior visibilidade e transparência aos atos de gestão interna.</p>
<b>Atribuições</b> Decreto-Lei n.º 193/2012, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2016 de 29 de junho, define no n.º 2 do artigo 3.º	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Assegurar ações de bem-estar social, no quadro da ASC;</li> <li>✓ Assegurar a gestão do sistema de ADM;</li> <li>✓ Promover a satisfação de necessidades sociais não cobertas por outros sistemas de assistência social;</li> <li>✓ Promover, em colaboração com outras entidades ou serviços, a articulação e harmonização dos esquemas de prestações de ASC;</li> <li>✓ Assegurar a adequada gestão das receitas, designadamente as provenientes de quotizações;</li> <li>✓ Recolher e manter permanentemente atualizada a informação sobre o universo dos beneficiários e de benefícios concedidos;</li> <li>✓ Promover a realização de estudos conducentes à melhoria da ASC desenvolvida e propor medidas ou instrumentos legais necessários;</li> <li>✓ Divulgar, anualmente, os resultados apurados, por atividade, no âmbito da gestão da ADM e da promoção da ASC.</li> </ul>

#### 3.3. Organização do IASFA

O IASFA é um organismo central com cobertura e jurisdição nacional. Tem sede em Lisboa e Unidades em vários pontos do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, denominados Centros de Apoio Social (CAS). Dispõe ainda do Centro de Repouso de Porto Santo.

Para cumprimento da sua Missão e Atribuições o IASFA baseia-se na seguinte estrutura orgânica:

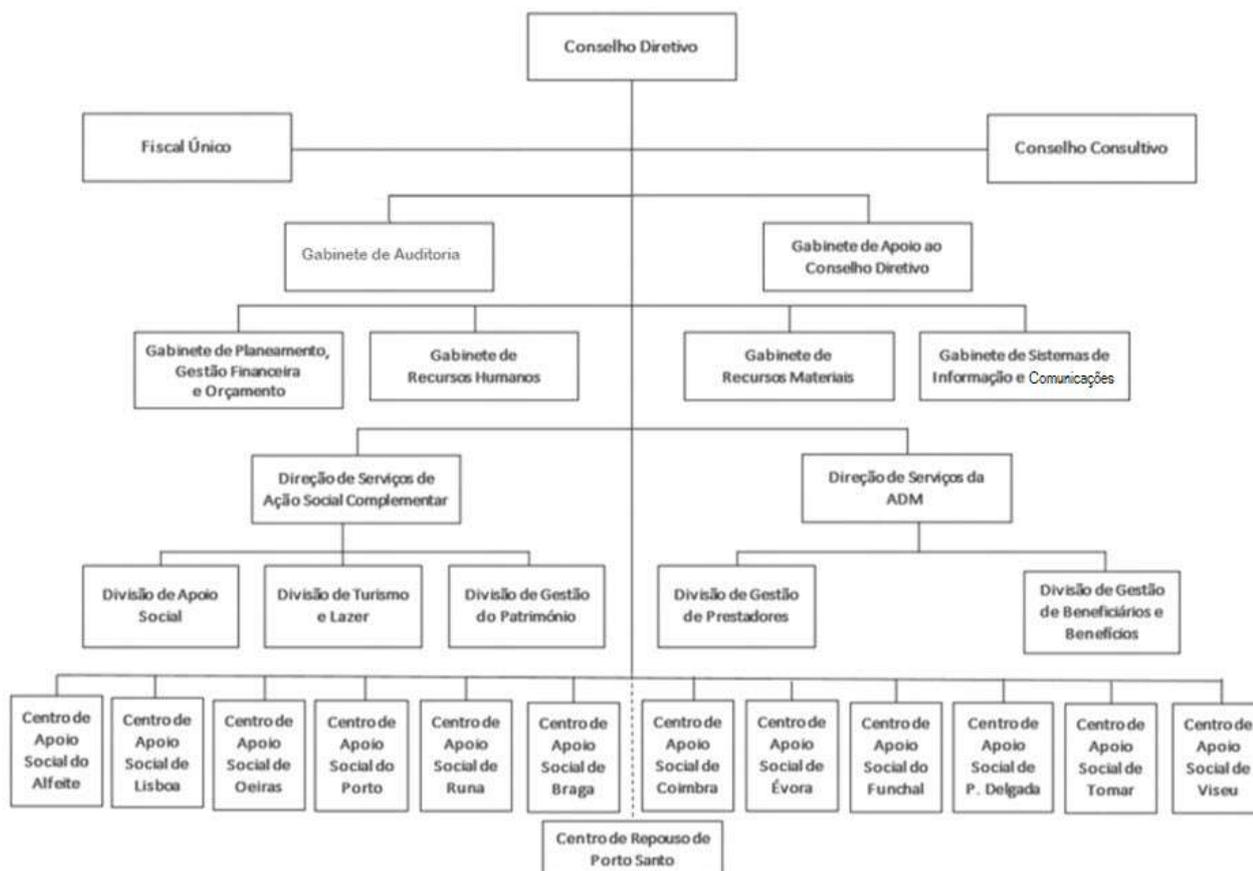


Fig. 3 Organograma<sup>1</sup>

### 3.4. Orientações específicas prosseguidas

Com a assinatura da Carta de Missão do Presidente do IASFA em 26 de abril de 2019 foram definidas orientações que traduzem:

Principais desafios Qual o nosso plano de intervenção?	1 Garantir o equilíbrio financeiro da ADM e do IASFA
	2 Gerir de forma eficiente e eficaz as valências de Ação Social Complementar
	3 Rentabilizar os ativos patrimoniais de forma eficaz.
	4 Promover a comunicação e participação dos beneficiários nas atividades do IASFA

<sup>1</sup> Organograma de acordo com a Portaria 189/2013 de 22 de maio, com o Despacho 05/2018 e com a Deliberação n.º 24 de 2020.

## 4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os OE foram definidos no PE2019-2021 e depois estendidos a 2022, estão associados a perspetivas BSC:



O seu alinhamento nessas perspetivas teve por referência o que o IASFA pretende alcançar até ao final do ciclo estratégico.

## 5. STAKEHOLDERS EXTERNOS E INTERNOS

São considerados clientes externos, as entidades que têm uma relação com o IASFA, mas não são nem beneficiários nem colaboradores (dirigentes e funcionários). Os beneficiários são considerados clientes internos.

### Stakeholders Externos

Presidência da República	Liga dos Combatentes
Ministério da Defesa Nacional	Associações Profissionais Militares
EMGFA	ADSE
Marinha	Guarda Nacional Republicana
Exército	Policia de Segurança Pública
Força Aérea	Ministério da Saúde
Autoridade Marítima Nacional	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Autoridade Aeronáutica Nacional	Entidades Privadas no âmbito da saúde
Cruz Vermelha Portuguesa	Entidades privadas no âmbito da Assistência Social
	Entidades prestadoras de serviços

**Stakeholders  
Internos**

*Colaboradores*

- *Dirigentes*
- *Funcionários*

*Beneficiários titulares*

- *militares dos quadros permanentes das Forças Armadas, nas situações de ativo, reserva e reforma*
- *pessoal militarizado das Forças Armadas*
- *Beneficiários dos Serviços Sociais das Forças Armadas à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro, e os que se tenham mantido como tal ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do mesmo Decreto-lei.*
- *alunos dos estabelecimentos de ensino destinados à formação dos militares dos quadros permanentes*
- *deficientes das Forças Armadas, nos termos do Decreto-lei n.º 43/76, de 20 de janeiro*
- *grandes deficientes das Forças Armadas, nos termos do Decreto-lei n.º 314/90, de 13 de outubro*
- *deficientes civis das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-lei n.º 319/84, de 1 de outubro*
- *grandes deficientes do serviço efetivo normal a que se refere o Decreto-lei n.º 250/99, de 7 de julho*

*Beneficiários familiares*

- *membros do agregado familiar do beneficiário titular (o cônjuge, os filhos menores do beneficiário titular ou do cônjuge, os filhos maiores do beneficiário titular ou do cônjuge a seu cargo, os ascendentes ou adotantes do beneficiário titular ou do cônjuge a seu cargo, os menores tutelados, adotados ou que por via judicial sejam confiados ao beneficiário titular)*
- *peçoas que tenham direito a alimentos a prestar pelo beneficiário titular*
- *Beneficiários titulares e familiares da ADM*
- *militares RV/RC e seus agregados familiares*

*Beneficiários extraordinários*

- *previstos na lei n.º 53- D/2006, de 29 de dezembro, alterada pela lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelos Decretos-leis n.ºs 29- A/2011, de 1 de março, e 105/2013, de 30 de julho*

*Beneficiários associados*

- *nos termos do Decreto-lei n.º 81/2015, de 15 de maio, regulamentado através da Portaria n.º 482-A/2015, de 18 de junho.*

Fig. 4 Stakeholders

## 6. ÁREAS DE INTERVENÇÃO E VALÊNCIAS

O IASFA tem vindo a cumprir a sua missão centrada na resposta às necessidades dos beneficiários no âmbito da ação social complementar (ASC) e na assistência na doença (ADM).

Ação Social Complementar			
Infância e Juventude	Férias e Lazer	Apoio a Idosos	
Residências Universitárias, Berçário, Creche, Jardim-de-infância	Alojamento temporário para lazer, Serviço de alimentação, Atividades culturais e recreativas	Estruturas Residenciais para Idosos, Centro de Convívio, Protocolos	
Apoio à Habitação	Apoio na Saúde	Apoio Social	
Residencial Assistida, Apartamentos autónomos, Arrendamento livre e Arrendamento social/Renda económica	SAMED, Centros Médicos, Postos Clínicos, Serviço recolha análises clínicas	Atendimento (incluindo ADM); Acompanhamento Social, estabelecimento de parcerias/protocolos na Rede Social, Comparticipações e subsídios, Alojamento permanente ou temporário em messe	
Assistência na Doença aos Militares			
Beneficiários titulares	familiares ou equiparados	extraordinários	associados
Atendimento ao Beneficiário	Regime Convencionado		Regime Livre

Fig. 5 Valências do IASFA

## CAPÍTULO II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS AFETOS

### 7. CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PLANO E ESTRATÉGIA SEGUIDA

Para que a estratégia fosse colocada em prática, para cada OE estabeleceram-se OSG (≈ operacionais) constantes dos PA anuais. Atendendo aos OE, em 2022 constaram do PA 13 OSG, dos quais 5 foram sinalizados para QUAR.

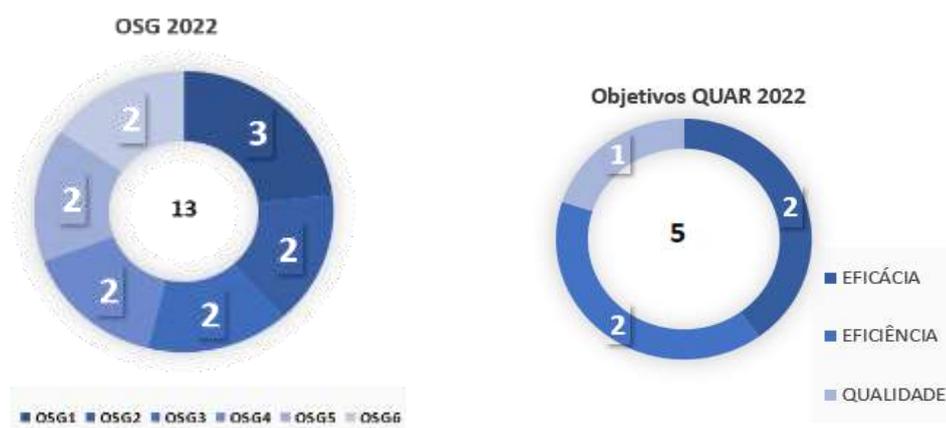


Fig. 6 Os Objetivos Setoriais Gerais (OSG) e os Objetivos QUAR

Nos quadros seguintes é visível a relação das UO com os OSG.

Perspetiva dos Beneficiários <b>(OE1) Melhorar o apoio prestado aos Beneficiários do IASFA</b>		EPR
OGS11	Melhorar o apoio no âmbito da ASC	DSASC/CAS
OGS12	Melhorar o apoio no âmbito da ADM	DSADM
OGS13	Aferir a satisfação dos Beneficiários	DSASC
Perspetiva dos Recursos <b>(OE2) Alcançar o equilíbrio financeiro do IASFA</b>		
OGS21	Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	CD/GPGFO/GSIC
OGS22	Melhorar as condições de sustentabilidade	CD/DSASC/GSIC
Perspetiva dos Processos Internos <b>(OE3) Melhorar a comunicação</b>		
OGS31	Melhorar a comunicação junto dos Beneficiários	GACD/CAS/GSIC
OGS32	Melhorar a comunicação junto dos stakeholders internos e externos do IASFA	GACD/DSASC
Perspetiva dos Processos Internos <b>(OE4) Rentabilizar as capacidades dos CAS</b>		
OGS41	Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	DSASC/CAS/GSIC
OGS42	Implementar a iniciativa estratégica CAS Alfeite	GAI/CASA
Perspetiva dos Processos Internos <b>(OE5) Otimizar os processos de gestão interna</b>		
OGS51	Otimizar os processos internos	DSASC/DSADM/GPGFO/GRM/GSIC/GAI
OGS52	Consolidar a auditoria	GAI
Perspetiva do Desenvolvimento <b>(OE6) Investir nas pessoas e tecnologias</b>		
OGS61	Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria contínua dos serviços no IASFA	GRH
OGS62	Melhorar a capacidade de resposta dos Sistema de Informação (SI)	GSIC

Fig. 7 Relação das UO com os OSG, alocados aos OE

## 8. RESULTADOS PREVISTOS ALCANÇADOS, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS

### 8.1. AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR - ASC

A DSASC tem como responsabilidade a supervisão técnica das valências e equipamentos sociais do portfólio da Ação Social Complementar, garantir o apoio social aos beneficiários, intervencionar e rentabilizar o parque habitacional e infraestrutural do IASFA, incentivar as atividades de Turismo e Lazer e gerir o extinto Cofre de Previdência das Forças Armadas.

Durante o ano de 2022 a DSASC superou a maioria dos objetivos decorrentes do seu planeamento, sendo de relevar os seguintes:

- Em 2022 foram registados 9 imóveis de habitação a favor do IASFA, na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 51/2017. Estes registos concretizaram-se na sequência dos procedimentos iniciados pelo IASFA em 2020, através do Gabinete de Recursos Materiais e com a colaboração da DSASC.
- Incrementado em 27% o número de beneficiários do Subsídio Complementar de Nascimento e em 82% o do Subsídio de Transição Escolar, com aumento global em cerca de 39% dos beneficiários abrangidos por subsídios e participações.
- Celebrados 10 protocolos de apoio social que proporcionam condições mais vantajosas aos beneficiários nos setores Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio Domiciliário e Saúde.
- Propostas e implementadas melhorias na conceção funcional e processual da plataforma digital “Portal do Beneficiário” e no sistema SIASC, de acordo com as alterações legislativas, melhorando concomitantemente: o contacto direto e o apoio de proximidade com os beneficiários; a submissão de candidaturas on-line e totalmente desmaterializada; e, a validação documental mais facilitada e célere pelos júris dos concursos de arrendamento.
- Efetuada a revisão das rendas dos arrendatários em regime de renda económica, por alteração socioeconómica do agregado familiar, conforme atualização da legislação enquadrante decorrente do Decreto-Lei n.º 380/97, na redação atual.
- Operacionalizada a revisão das rendas de 83 contratos de arrendamento habitacional em regime de renda livre anteriores a 1990, que tinham valores inferiores aos valores atuais da renda económica. As novas rendas foram fixadas de acordo com o previsto no artigo 35.º da Lei n.º 6/2006, na sua redação atual (NRAU) .
- Rentabilizado o parque infraestrutural, através da atribuição de 52 frações habitacionais colocadas em concurso de renda económica lançado no ano transato.
- Preparado o lançamento de concurso para arrendamento de habitações carecidas de obras até 10.000€, em regime de renda económica, num total de 96 frações;
- Abertos concursos para arrendamento comercial, de garagens e parqueamentos.
- Recuperadas 8 frações do Bloco Autónomo do CASO para Residências Assistidas e lançado o respetivo concurso.
- Reabilitadas infraestruturas do IASFA carecidas de obras e de manutenção, com intervenções em 3 PIASFA, incluindo fachadas, caixilharias e coberturas.
- Produzidos e atualizados regulamentos, instruções permanentes e normativos diversos, alguns estruturais como a IP dos Postos Clínicos/SAMED, o Manual de Processos-Chave das ERPI e as IP da CAE, SCN e STE.

- Preparação e elaboração de protocolos no âmbito do Turismo e Lazer, designadamente, com o Exército para todas as Messes, com o INATEL e com o Uruguai, tendo sido celebrado protocolo com o Clube Militar do Rio de Janeiro para reservas em nome individual e de grupo.
- Publicação do Decreto-Lei n.º 69/2022, 2ª alteração ao DL n.º 380/97, contemplando o aumento do valor das obras nos concursos para casas carecidas de obras até 10 mil euros, acrescidos de IVA, e aumento do prazo de amortização nas rendas vincendas para 120 meses.
- Publicação da Portaria n.º 283/2022, 2ª alteração à Portaria n.º 7/98, do MDN, incluindo os critérios de pontuação para militares deslocados, bem como situações de precariedade na habitação, de insalubridade ou insegurança, de sobrelotação e de inadequação da habitação.

Considerando a orgânica da atividade da DSASC, apresentam-se seguidamente os principais indicadores de atividade ao nível do *Apoio Social, Gestão de Património e Turismo e Lazer*

### O Apoio Social

Em 2022 registaram-se um total de 110.541 beneficiários da Ação Social Complementar deste Instituto, com um aumento de 201 beneficiários comparativamente ao ano anterior. Tal como em 2021, estes valores contrariam a tendência negativa de diminuição geral do número de beneficiários.

A distribuição de beneficiários do IASFA em 2022 está em linha com o aumento verificado em 2021, e segue contrariando, por via do acréscimo regular de descendentes registados na ASC, a tendência verificada até 2019 de diminuição geral do número de beneficiários, sendo crível perspetivar que esta tendência esteja relacionada com a continuidade da adesão dos beneficiários às medidas implementadas por este Instituto de captação de novos beneficiários familiares através da atribuição de novas prestações sociais sem condição de recursos (Subsídio Complementar de Nascimento e Subsídio de Transição Escolar), a par do incremento e dinamização da oferta habitacional promovida por este Instituto.

Relativamente à distribuição dos beneficiários, 34% são militares dos quadros permanentes das Forças Armadas, 2% são militarizados, 62% são beneficiários familiares, 2% pertencem aos Deficientes das Forças Armadas e 0,003% são civis.

	BENEFICIÁRIOS TITULARES					BENEFICIÁRIOS FAMILIARES				TOTAL
	Militares QP	Militarizados	Deficientes	Civis	Total	Cônjuges	Descendentes	Outros	Total	
<b>Marinha</b>	14 844	1 702	143	35	16 724	13 627	12 822	262	26 711	43 435
<b>Exército</b>	14 530	340	1 978	137	16 985	15 566	11 477	176	27 219	44 204
<b>Força Aérea</b>	8 376	0	149	29	8 554	7 120	6 962	109	14 191	22 745
<b>IASFA</b>	0	0	0	135	135	0	21	1	22	157
<b>Total</b>	37 750	2 042	2 270	336	42 398	36 313	31 282	548	68 143	110 541

Fig. 8 Beneficiários ASC Ramos

### Subsídios e Participações

O desempenho na concessão de participações, atribuídas globalmente a 152 beneficiários, correspondeu a um aumento de 90% comparativamente com o desempenho em 2021, totalizando 53.997,92 €.

Este aumento significativo no número de atribuições da Participação de Apoio Escolar, explica-se pela decisão do Conselho Diretivo de retoma da concessão de apoios aos alunos do 1.º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo de ensino obrigatório conjugada com o período de candidatura extraordinária realizado em fevereiro de 2022, e permitiu o aumento de 78% no valor pecuniário atribuído.

No âmbito da Participação Especial de Apoio na Deficiência (CEAD) comparativamente com 2021, verificou-se igualmente um aumento de 8% no número de beneficiários abrangidos, verificando-se, no entanto, a atribuição de valor médio inferior por participação atribuída.

A análise do desempenho plurianual das participações permite aquilatar a estabilidade da Participação Especial de Apoio na Deficiência (CEAD), bem como a tendência de recuperação dos valores de Participação de Apoio Escolar após a acentuada redução verificada em anos anteriores.

As verbas despendidas em Subsídio Complementar por Carência Económica (SCCE), Subsídio Complementar de Apoio de 3.ª Pessoa (SCAP), Subsídio Complementar para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (SCERPI) aumentaram em todas as tipologias de apoio, perfazendo um total de 326.013,77€, correspondente a um aumento de 18% comparativamente com o ano 2021.

Os subsídios sem condição de recursos – Subsídio Complementar de Nascimento (SCN) e Subsídio de Transição Escolar (STE) – mantém a sua trajetória de ampliação do número de concessões e verba atribuída, com aumento respetivamente de 27% de beneficiários do SCN e 82% de beneficiários do STE.

O expressivo aumento do número de beneficiários do Subsídio de Transição Escolar não será alheio à valorização de 25% em todos os escalões proposta e determinada em 2022.

A distribuição do apoio financeiro com participações e subsídios atribuídos em 2022 permite verificar que o SCAP se mantém como apoio financeiro com maior expressão orçamental.

Contrariamente ao ocorrido em anos anteriores, o segundo subsídio com maior execução financeira não foi o SCERPI, mas sim o SCN. O SCN e o STE abrangem também o maior número de atribuições o que revela o sucesso na implementação destes novos apoios sociais junto dos beneficiários.

Fig. 9 Subsídios

	SCERPI (IP_AS_17)_ Subsídio Complementar para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas		SCAP (IP_AS_08)_Subsídio Complementar de Apoio 3ª Pessoa		SCCE (IP_AS_07)_ Subsídio Complementar por Carência Económica	
	Beneficiário	valor	Beneficiário	valor	Beneficiário	valor
CAS ALFEITE	10	21 744 €	40	52 278 €	6	8 276 €
CAS BRAGA	1	5 931 €	21	21 713 €	2	2 695 €
CAS COIMBRA	1	3 194 €	8	11 233 €	2	2 654 €
CAS ÉVORA	1	4 229 €	18	23 924 €	0	0 €
CAS LISBOA	2	8 654 €	32	42 137 €	7	7 889 €
CAS OEIRAS	1	1 179 €	5	7 163 €	0	0 €
CAS FUNCHAL	0	- €	0	0 €	0	0 €
CAS P. DELGADA	0	- €	9	11 496 €	0	0 €
CAS PORTO	1	4 069 €	13	18 827 €	4	4 558 €
CAS RUNA	0	- €	9	12 846 €	1	955 €
CAS TOMAR	4	14 985 €	12	15 070 €	7	9 529 €
CAS VISEU	1	2 491 €	5	6 293 €	0	0 €
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>66 476,18 €</b>	<b>172</b>	<b>222 980,88 €</b>	<b>29</b>	<b>36 556,71 €</b>

	SCN (IP_AS_15)_Subsídio Complementar de Nascimento		SCE (IP_AS_16)_Subsídio de Transição Escolar	
	Beneficiário	valor	Beneficiário	valor
CAS ALFEITE	157	23 550 €	138	4 429 €
CAS BRAGA	19	2 850 €	47	1 514 €
CAS COIMBRA	22	3 300 €	13	450 €
CAS ÉVORA	21	3 150 €	15	548 €
CAS LISBOA	122	18 300 €	61	1 805 €
CAS OEIRAS	15	2 250 €	9	270 €
CAS FUNCHAL	5	750 €	9	281 €
CAS P.DELGADA	1	150 €	16	525 €
CAS PORTO	32	4 800 €	34	1 064 €
CAS RUNA	38	5 700 €	28	975 €
CAS TOMAR	58	8 700 €	72	2 320 €
CAS VISEU	7	1 050 €	8	256 €
<b>TOTAL</b>	<b>497</b>	<b>74 550,00 €</b>	<b>450</b>	<b>14 436 €</b>

	CEAD (IP_AS_06)_Comparticipação Especial para Apoio na Deficiência		CE (IP_AS_01)_Comparticipação Escolar	
	Beneficiário	valor	Beneficiário	valor
CAS ALFEITE	18	18 933 €	23	3 480 €
CAS BRAGA	2	1 432 €	25	3 650 €
CAS COIMBRA	0	- €	7	1 060 €
CAS ÉVORA	3	3 298 €	8	830 €
CAS LISBOA	8	5 732 €	17	2 040 €
CAS OEIRAS	3	2 576 €	2	345 €
CAS FUNCHAL	0	- €	0	- €
CAS P.DELGADA	0	- €	7	880 €
CAS PORTO	6	4 269 €	6	925 €
CAS RUNA	2	2 619 €	2	640 €
CAS TOMAR	0	- €	13	1 290 €
CAS VISEU	0	- €	0	- €
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>38 857,92 €</b>	<b>110</b>	<b>15 140,00 €</b>

Fig. 10 Comparticipações financeiras

### Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI)

Em 2022 foram elaboradas 129 informações relativas a propostas de admissão e transferência de utentes das ERPI do IASFA, o que traduz um aumento em 2022 de 2% no movimento de utentes desta resposta social comparativamente a 2021. Este aumento, significativamente menos expressivo comparativamente com o aumento de 2020 para 2021 deve-se à atual estabilização da atividade desta resposta social.

De entre as propostas realizadas, as 43 novas admissões à UF1 (aumento de 5%) e as 26 novas admissões para a UF2 (redução de 51%) apresentam tendências distintas, e resultam do

prosseguimento, durante parte do ano 2022, do esforço das Direções Técnicas das ERPI no sentido de proporcionar condições para a adequada gestão de casos de infecção por COVID-19. Para esta diminuição de admissões provenientes da lista de espera contam o aumento de transferências de residentes da UF1 para a UF2, (29 residentes, correspondentes a um aumento de 16% relativamente a 2021) e o expressivo aumento de 360% em internamentos temporários de curta duração e para descanso do cuidador (5 internamentos temporários em 2021 contra 23 internamentos em 2022).

	UF1	UF2	Transf. UF1 > UF2	Transf. UF2 > UF1	Transf. Ap.Aut > UF2	ICD (1)	IDC (2)	Emergência Social
Oeiras	43	67	20	7	1	14	6	0
Porto	4	3	3	0	0	0	0	0
Runa	3	9	6	0	0	3	0	0

Fig. 11 Admissão ERPI

A taxa de ocupação das ERPI do IASFA cifra-se atualmente em 83%, configurando um aumento comparativamente com 2020 (80%) e 2021 (79%). Para esta recuperação contribuem os aumentos dos índices de ocupação verificados nas três UF do CAS Oeiras e na UF2 do CAS Runa.

A UF1 do CAS Porto apresenta a menor taxa de ocupação (67%), sendo que, em sentido contrário, as UF2 do CAS Porto (94%) e do CAS Runa (100%) apresentam as maiores taxas de ocupação.

	Capacidade	Residentes	Lugares por ocupar	Fila de espera Global	% de ocupação
UF1A – CAS Oeiras	111	91	20	524	81,98%
UF1B – CAS Oeiras	76	72	4	401	94,74%
UF2 – CAS Oeiras	171	134	37	106	78,36%
UF1 – CAS Porto	24	16	8	0	66,67%
UF2 – CAS Porto	17	16	1	1	94,12%
UF1 – CAS Runa	57	44	13	32	77,19%
UF2 – CAS Runa	42	42	0	72	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>498</b>	<b>415</b>	<b>83</b>	<b>1 136</b>	<b>83,33%</b>

Fig. 12 Capacidade ERPI

Em 2022 o número de novas candidaturas teve um aumento relevante de 265% (69 candidaturas em 2021 contra 253 candidaturas em 2022), certamente decorrentes da maior segurança dos beneficiários no acesso ao Serviço Social dos CAS.

Apesar desse aumento de candidaturas, o número de beneficiários em lista de espera para acesso às ERPI do IASFA diminuiu, em resultado da conjugação entre os efeitos do número de novos protocolos celebrados com ERPI e SAD do setor privado, com as regras de reposicionamento em lista aprovadas em 2020. Assim, de 1.549 candidatos que se encontravam em fila de espera em 31DEZ21 (11% superior a 2020), passaram a existir, a 31DEZ22, 1.136 candidatos em lista de espera, ou seja, houve uma redução percentual de 27%. As maiores diminuições verificaram-se na lista de espera da UF1 do CAS Runa (-82% para os atuais 32 candidatos em lista) e da UF2 do CAS Oeiras (-53% para os atuais 106 candidatos em lista).

	Nº Candidaturas	Nº Admissões por Lista	Nº Saídas	Reposicionamentos	Pedidos de anos anteriores que aguardam admissão	Lista de espera Global
UF1 – CAS Oeiras A	68	14	40	52	472	524
UF1 – CAS Oeiras B	103	22	37	81	320	401
UF2 – CAS Oeiras	45	26	96	31	75	106
UF1 – CAS Porto	4	4	0	0	0	0
UF2 – CAS Porto	3	0	14	0	1	1
UF1 – CAS Runa	23	3	138	11	21	32
UF2 – CAS Runa	7	0	22	0	72	72
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>	<b>69</b>	<b>347</b>	<b>175</b>	<b>961</b>	<b>1 136</b>

Fig. 13 Gestão de Listas de espera

### Estatuto do extinto Cofre de Previdência das Forças Armadas

Globalmente, no CPFA verificou-se um decréscimo de 670 subscritores relativamente ao ano de 2021, mantendo-se a redução de subscritores nas faixas etárias inferiores e o aumento das faixas etárias 61-70 anos e 91-100 anos.

Conforme representado no quadro constante na fig.14, a 31 de dezembro de 2022 estavam registados 19.143 subscritores, somando-se os 2.444 com direitos suspensos, resultando no valor total de 21.587 subscritores (redução de 5% face a 2021), mantendo-se a tendência de diminuição do número de subscritores e do valor de subsídios do antigo CPFA, até à sua extinção.

Importa relevar que o CPFA, em cerca de 4 anos, teve uma redução de 5.315 subscritores.

Fig. 14 Cofre Previdência Forças Armadas – Escalão Etário

Escalão Etário (total de subscritores não suspensos)	N.º de Subscritores
[< = 40 anos]	0
[41-50 anos]	59
[51-60 anos]	4 868
[61-70 anos]	5 621
[71-80 anos]	3 306
[81-90 anos]	4 625
[91-100 anos]	659
[> = 100 anos]	5
<b>TOTAL</b>	<b>19143</b>

A distribuição de subscritores do Cofre de Previdência por Ramo mantém a predominância de beneficiários na situação de Reforma (15.502 subscritores), provenientes na sua maioria do Exército (7.209 subscritores).

	ATIVO		RESERVA		REFORMA		LICENÇA ILIMITADA		FORA DAS FFAA		SUBSCRITORES SUSPENSOS	
	N.º subscritores	%	N.º subscritores	%	N.º subscritores	%	N.º subscritores	%	N.º subscritores	%	N.º subscritores	%
Marinha	400	1,85%	219	1,01%	4 492	20,81%	2	0,01%	0	0,00%	2 444	11,32%
Exército	1 084	5,02%	733	3,40%	7 209	33,40%	1	0,00%	7	0,03%		
Força Aérea	645	2,99%	544	2,52%	3 801	17,61%	1	0,00%	5	0,02%		
Totais parciais	<b>2 129</b>	<b>9,86%</b>	<b>1 496</b>	<b>6,93%</b>	<b>15 502</b>	<b>71,81%</b>	<b>4</b>	<b>0,02%</b>	<b>12</b>	<b>0,06%</b>	<b>2 444</b>	<b>11,32%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21 587</b>											

Fig. 15 Cofre de Previdência das FFA-Ramos e situação

OP	Falecidos	Beneficiários
1	94	98
2	62	63
3	45	50
4	63	73
5	82	89
6	77	84
7	37	41
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>498</b>

Da totalidade dos subscritores de que houve conhecimento do falecimento em 2021, foram liquidados 460 subsídios (aumento de 3%) correspondentes a 498 herdeiros/beneficiários (aumento de 1% comparativamente com 2021).

Fig. 16 Falecimentos/candidaturas de herdeiros/beneficiários aos subsídios por morte

### Atividade dos Postos Clínicos

	N.º de consultas médicas
CAS ALFEITE	455
CAS BRAGA	0
CAS COIMBRA	0
CAS ÉVORA	0
CAS LISBOA	2 605
CAS FUNCHAL	0
CAS OEIRAS	6 175
CAS P.DELGADA	1 930
CAS PORTO	753
CAS RUNA	1 611
CAS TOMAR	1 029
CAS VISEU	556
<b>TOTAL</b>	<b>15 114</b>

Os Postos Clínicos do IASFA apresentam uma distribuição nacional, englobando o arquipélago dos Açores, proporcionando aos seus beneficiários serviços clínicos diversificados.

Em 2022 foram realizadas 15.114 consultas e atos médicos (redução insignificante de 0,5% face a 2021) configurando uma tendência de recuperação face à diminuição acentuada observada em anos anteriores. Não são incluídos neste número as especialidades de Estomatologia e Medicina Dentária, sendo objeto de análise específica nos pontos seguintes.

Fig. 17 Distribuição das Consultas por CAS

Não obstante a redução do número de consultas verificada em 2022, alguns Postos Clínicos apresentam uma recuperação na sua atividade: Centro de Apoio Social de Alfeite (+65%), Oeiras (+13%) e Porto (+1,5%).

	2018	2019	2020	2021	2022	Var n-1
CAS ALFEITE	715	775	456	276	455	65%
CAS LISBOA	3 581	3 504	2 472	2 669	2 605	-2%
CAS OEIRAS	12 141	11 232	6 544	5 455	6 175	13%
CAS P.DELGADA	2 436	2 488	2 168	2 030	1 930	-5%
CAS PORTO	923	751	716	742	753	1%
CAS RUNA	3 228	1 801	3 274	2 274	1 611	-29%
CAS TOMAR	1 183	1 114	988	1 089	1 029	-6%
CAS VISEU	762	645	568	648	556	-14%
<b>TOTAL</b>	<b>24 969</b>	<b>22 310</b>	<b>17 186</b>	<b>15 183</b>	<b>15 114</b>	

Fig. 18 variação do N.º de consultas nos CAS com Postos Clínicos

O CAS Ponta Delgada, apesar de ser de nível 2, apresenta um número de consultas significativo, ao nível dos CAS de nível 1, a que não será alheia a capacidade instalada que está aberta a

beneficiários de outros subsistemas com quem foram celebrados protocolos, assim como a reduzida oferta de alternativas naquela região.

Na atividade dos Postos Clínicos destaca-se a prevalência de consultas de Medicina Geral e Familiar, correspondentes a 75,4% das 15.114 consultas realizadas em 2022.

DESIGNAÇÃO	Serviços Apoio Médico		Postos Clínicos/Postos de Socorros									TOTAL
	Oeiras	Runa	Lisboa Rua de S. José	Olivais	ALFEITE	Porto	Tomar	Braga	Abrantes	Viseu	P. Delgada	
CARDIOLOGIA	57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	57
CLÍNICA GERAL	3 918	836	731	1 874	254	753	527	0	502	232	1 765	11 392
FISIATRIA	806	133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	939
MEDICINA INTERNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	324	0	324
OFTALMOLOGIA	417	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	417
PNEUMOLOGIA	103	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103
ORTOPEDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NUTRIÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	17
PSICOLOGIA	505	632	0	0	201	0	0	0	0	0	78	1 416
S/Presença Utente	369	10	0	0	0	0	0	0	0	0	69	448
<b>Total de Consultas</b>	<b>6 175</b>	<b>1 611</b>	<b>731</b>	<b>1 874</b>	<b>455</b>	<b>753</b>	<b>527</b>	<b>0</b>	<b>502</b>	<b>556</b>	<b>1 930</b>	<b>15 114</b>
<b>Exames Auxiliares de Diagnóstico</b>												
Total de Exames Auxiliares de Diagnóstico	112	0	0	0	11	91	0	0	0	0	544	758
<b>Exames e Tratamentos de Enfermagem</b>												
Total de Exames e Tratamentos de Enfermagem	88	66 154	0	0	2 965	25 390	0	0	0	0	452	95 049
<b>Fisioterapia</b>												
Total de Fisioterapia	41 963	27 962	0	0	0	8 167	0	0	0	0	3 012	81 104
<b>Terapia Ocupacional</b>												
Total de T. Ocupacional	7 576	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7 576
Terapia da Fala	441	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	441
Psicologia/Neuropsicologia	2 910	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 910
<b>Total de todos os atos</b>	<b>59 265</b>	<b>95 727</b>	<b>731</b>	<b>1 874</b>	<b>3 431</b>	<b>34 401</b>	<b>527</b>	<b>0</b>	<b>502</b>	<b>556</b>	<b>5 938</b>	<b>202 952</b>

Fig. 19 Assistência Médica Global

### Estomatologia e Medicina dentária

O serviço de Estomatologia e Medicina Dentária, apresentou em 2021 uma recuperação de 48,59%, de 2.019 consultas no ano anterior para 3.000, ainda que numa contingência de ajustamento reativo de toda a atividade clínica.

Relativamente a 2020, o CAS Ponta Delgada revela um aumento de 23,15% e o CAS Oeiras de 90,76%. No CAS Lisboa, o Posto Clínico dos Olivais não registou atividade.

Um dado de relevância é o expressivo aumento do número de tratamentos de Enfermagem (70.747 em 2021; 95.049 em 2022, correspondente a um acréscimo de 34%), sessões de Fisioterapia (66.096 em 2021 e, 81.104 em 2022, correspondente a um acréscimo de 23%) e sessões de Terapia Ocupacional (3.567 em 2021 e, 7.576 em 2022, correspondente a um acréscimo de 112%).

O serviço de Estomatologia e Medicina Dentária, analisado de forma específica em virtude tanto das condições de realização da sua intervenção como da relevância ao nível da procura por parte dos beneficiários deste Instituto, prosseguiu em 2022 a substancial recuperação da sua atividade: 55%, face às consultas e atos de estomatologia realizados em 2021 (3.000 consultas).

À semelhança do ano transato, mantém-se a tendência para a elevada representatividade global do Posto Clínico do CAS Oeiras (+58% face a 2021) seguido do CAS Ponta Delgada (que expressa igualmente um aumento comparativo de +7% relativamente ao período homólogo). No que concerne à variação comparativa, o CAS Alfeite apresenta a melhor recuperação da sua

atividade (+206%) comparativamente com o ano anterior. À semelhança do ocorrido em 2021, manteve-se suspenso o serviço de medicina dentária no Posto Clínico dos Olivais.

	Alfeite	Oeiras	Olivais	P.Delgada	Total
Consultas	199	322	0	236	757
Exodontia	95	229	0	102	426
Endodontia	20	34	0	0	54
Restauração	198	772	0	146	1116
Destartarização	155	457	0	286	898
Gengivectomia	0	102	0	0	102
Diversos	473	242	0	588	1303
<b>TOTAL</b>	<b>1140</b>	<b>2158</b>	<b>0</b>	<b>1358</b>	<b>4656</b>

Fig. 20 N.º de Consultas e atos de estomatologia

	2021	2022	Var n-1
CAS ALFEITE	372	1140	206%
CAS OEIRAS	1362	2158	58%
CAS LISBOA	0	0	0%
CAS P.DELGADA	1266	1358	7%

Fig. 21 Variação Consultas e atos de estomatologia por CAS

### Celebração de Protocolos

Em alinhamento com o propósito estratégico do IASFA de incremento do apoio aos beneficiários seniores e da redução das listas de espera para a resposta social ERPI, foi prosseguida a incidência na celebração de protocolos com ERPI/Casas de Repouso e SAD/Serviços de Apoio Domiciliário.

Comparativamente com 2020 e 2021, foram celebrados no ano civil em análise idêntico número de protocolos (10 novos protocolos), tendo, contudo, sido promovida uma diversificação de áreas de atividade: manutenção da incidência no apoio aos seniores (1 protocolo ERPI; 3 protocolos SAD) acrescida da realização de 5 protocolos na área da Saúde e 1 protocolo no âmbito do lazer (Ginásio).

Ano	Novos Protocolos
2018	15
2019	6
2020	10
2021	10
2022	10

Fig. 22 Situação Protocolos

### Gestão do património

O ano de 2022 caracterizou-se por um conjunto de ações planeadas que à medida que os recursos foram disponibilizados foram concretizadas. Assim procedeu-se ao lançamento de 3 empreitadas nas fachadas, coberturas e platibandas dos prédios do IASFA, sendo relevante a intervenção realizada no Bairro Social do Alfeite, com a colocação de 23 novas portas de acesso aos edifícios, assim como o início da renovação da instalação elétrica das partes comuns. Foi ainda concluído o concurso para

habitações de renda económica para casas carecidas de obras, com atribuição de 52 frações num total de 60 frações a concurso.

Na componente de manutenção de elevadores, continuaram a ser efetuadas remodelações e reparações no sentido de garantir a operacionalidade do parque de mecanismos de elevação.

A equipa de manutenção de infraestruturas (EMI), realizou um número de intervenções inferior ao de anos anteriores, , por falta de recursos humanos. Assim foram realizadas 195 reparações em habitações através da EMI e sem recurso a empresas externas, com custos mais reduzidos e rentabilizando as capacidades existentes, num total de 295 solicitações dos arrendatários.

Na componente habitacional, houve um esforço adicional no sentido de efetuar a monitorização, identificação e recuperação de dívidas, enviando para contencioso os processos relativamente aos quais os arrendatários não regularizaram a situação na sequência das diligências da DGP.

Em 6 de janeiro de 2022 foi publicado o Aviso de abertura do concurso de arrendamento de todas as frações habitacionais com condições legais para o efeito. Após publicação do Decreto-Lei n.º 69/2022, de 12 de outubro, e da Portaria n.º 283/2022, de 25 de novembro foram sinalizadas, avaliadas tecnicamente e orçamentadas, 96 frações para lançamento de novo concurso no ano de 2023, com valores de obras a realizar pelos arrendatários até aos 10 mil euros.

### Intervenções

Em linha com o incremento de pedidos de intervenção registado em ciclos anteriores, continuou a registar-se um significativo número de intervenções, mais reduzidas em valor absoluto pela redução do efetivo da Equipa de Manutenção Corrente de Infraestruturas (EMI), com redução da sua capacidade, e incremento na contratação de empresas. Face à redução da capacidade da EMI aumentou-se o número de intervenções foram efetuadas por empresas (97), tendo sido as restantes 195 intervenções efetuadas diretamente pela EMI. A análise do quadro seguinte permite visualizar a tendência de redução da capacidade de intervenção da EMI com o consequente aumento de contratação de serviços.

N.º de intervenções	2019	2020	2021	2022
EMI	470	292	333	195
Empresas	70	22	25	97
Grandes intervenções	0	3	5	3
<b>total</b>	<b>540</b>	<b>317</b>	<b>363</b>	<b>295</b>

Fig. 23 N.º de intervenções

### Ocupação patrimonial

O património imobiliário é constituído por 159 prédios, cuja data de construção é, em média, superior a 50 anos. Estão localizados no Continente (concelhos/freguesias do Porto, Águeda, Coimbra, Leiria, Tomar, Abrantes, Vila Franca de Xira, Odivelas, Lisboa, Amadora, Sintra, Queluz, Moita, Seixal, Cascais, Oeiras, Almada, Évora e Elvas) e na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada).

Das frações habitacionais, 60 fogos foram colocados a concurso em regime de renda económica, tendo sido registado um aumento das frações devolutas face a 2021.

O aumento em 79 frações devolutas, face a 2021, está relacionado com diversas causas como a taxa de mortalidade dos arrendatários mais elevada derivada da pandemia que não foi possível

compensar com o número de frações colocadas a concurso, e também por força do maior controlo e monitorização das situações de ocupação ilegal por parte da área da Habitação.

Com o novo concurso de arrendamento em regime de renda económica planeado, preparado para ser lançado em 2023, com um número de 96 frações, será expectável que venha a ocorrer uma diminuição do número de frações devolutas.

TIPOLOGIA	RENDA ECONÓMICA		RENDA LIVRE		PORTEIRAS	TOTAL DE FRAÇÕES			TOTAL
	Ocup.	Devol.	Ocup.	Devol.	Ocup.	Concurso	Ocupadas	Devolutas	
Antenas Comunicações	0	0	5	0	0		5	0	5
Arrecadação	5	0	2	11	0		7	11	18
Espaço Comercial	0	0	81	19	7		88	19	107
Garagem	17	7	27	13	0		44	20	64
Parqueamento	38	17	20	36	4		62	53	115
Porteira	0	0	17	4	0		17	4	21
Sótão	0	0	3	1	0		3	1	4
T0	7	3	3	4	0	0	10	7	17
T1	39	16	24	13	0	2	63	29	94
T2	252	80	58	31	1	22	311	111	444
T3	462	251	37	2	0	24	499	253	776
T4	141	59	32	22	0	6	173	81	260
T5	75	45	15	34	0	5	90	79	174
T6	15	6	5	1	0	1	20	7	28
Apartamentos Autónomos.	28						28	0	28
Total	1079	484	329	191	12	60	1420	675	2155
	1563		520		12	2155			

NOTA – Os imóveis devolutos para arrendamento mantêm a classificação “renda económica” ou “renda livre” que lhes estava atribuída anteriormente, mas desde 2019 as habitações são arrendadas exclusivamente em regime de renda económica e as frações não habitacionais são arrendadas exclusivamente em regime de renda livre.

Fig. 24 Ocupação Patrimonial

### Arrendamento habitacional

O panorama do arrendamento habitacional no IASFA contempla um total de 1782 frações destinadas ao uso habitacional, das quais 1.211 se encontram ocupadas e 571 devolutas. Durante o ano de 2022 foi lançado um concurso destinado ao arrendamento de 60 novas frações habitacionais carecidas de obras até ao montante de 5.000€, o qual se encontra concluído.

Desde há muitos anos que não eram lançados concursos de arrendamento económico no IASFA, previamente ao ano de 2019. Se contabilizarmos o período de 2019 a 2022, poderá ser referido que foram disponibilizadas aos beneficiários um total de 184 frações habitacionais, distribuídas por 3 concursos de renda económica. No ano de 2019 foram colocadas a concurso 55 frações habitacionais, em 2020 foram colocadas a concurso 97 frações habitacionais carecidas de obras, e no ano a que respeita este relatório foi finalizado um concurso para 60 frações carecidas de obras, neste caso integrando 28 habitações não atribuídas no concurso anterior.

TIPOLOGIA	RENDA ECONÓMICA		RENDA LIVRE		TOTAL DE FRAÇÕES		TOTAL
	Ocup. RE	Devol. RE	Ocup. RL	Devol. RL	Ocup. Total	Devol. Total	
	T0	7	3	3	4	10	
T1	39	16	24	13	63	29	92
T2	252	80	58	31	310	111	421
T3	462	251	37	2	499	253	752
T4	141	59	32	22	173	81	254
T5	75	45	15	34	90	79	169
T6	15	6	5	1	20	7	27
<b>Total</b>	<b>991</b>	<b>460</b>	<b>174</b>	<b>107</b>	<b>1165</b>	<b>567</b>	<b>1732</b>
	<b>1451</b>		<b>281</b>		<b>1732</b>		

Fig. 25 Arrendamento para habitação

NOTA – Os imóveis devolutos para arrendamento mantêm a classificação “renda económica” ou “renda livre” que lhes estava atribuída anteriormente, mas desde 2019 as habitações são arrendadas exclusivamente em regime de renda económica e as frações não habitacionais são arrendadas exclusivamente em regime de renda livre.

Os valores das rendas de arrendamentos em regime de renda económica são fixados de acordo com o Rendimento Mensal Corrigido (RMC) do agregado familiar, e da renda máxima calculada para cada fração em função do valor patrimonial tributário da mesma, como previsto na lei da renda apoiada, artigos 21.º a 22.º, aplicável às casas de renda económica do IASFA como disposto no Decreto-Lei n.º 380/97, na redação dada pelo 83/2019. Verifica-se que 53% dos arrendatários se encontram com um valor de renda inferior a 240,99€. Considerando o rendimento dos arrendatários e do seu agregado familiar, pode ainda ser referido que apenas 12,5% possuem rendas superiores a 400,99€.

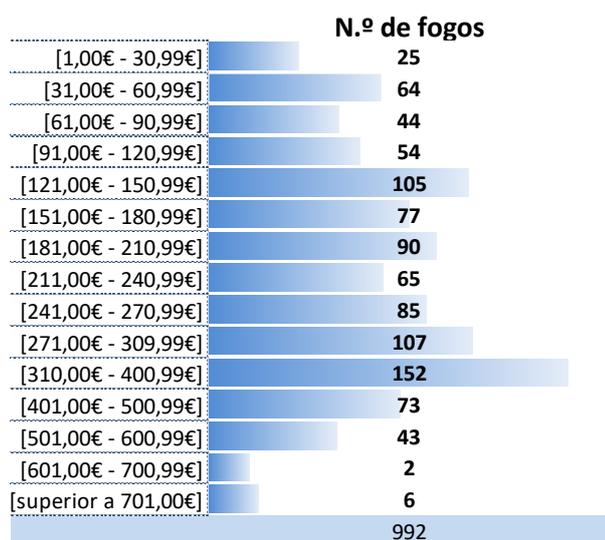


Fig. 26 Valores de arrendamento na renda económica

Com a entrada em vigor do DL n.º 83/2019, passou a ser obrigatória a comprovação dos rendimentos dos arrendatários e do seu agregado familiar, com uma periodicidade anual, para ser efetuado o cálculo do valor da renda em regime de renda económica. Após a análise dos documentos comprovativos, pode ser apurado que 145 arrendatários dispunham de um rendimento mensal corrigido inferior a 281 euros.

N.º de arrendatários	
[0,00€ - 280,99€]	145
[281,00€ - 560,99€]	38
[561,00€ - 840,99€]	48
[841,00€ - 1120,99€]	84
[1121,00€ - 1400,99€]	49
[1401,00€ - 1680,99€]	94
[1681,00€ - 1960,99€]	103
[1961,00€ - 2240,99€]	103
[2241,00€ - 2520,99€]	78
[2521,00€ - 3080,99€]	99
[3081,00€ - 3640,99€]	62
[3641,00€ - 4200,99€]	34
[4201,00€ - 4760,99€]	21
[superior a 4761,00€]	34
<b>Total</b>	<b>992</b>

Fig. 27 Valores de rendimento dos arrendatários na renda económica

Se atentarmos na evolução dos contratos habitacionais celebrados no período de 2018 a 2022, pode ser comprovado que, especificamente no arrendamento habitacional, houve um incremento de 181 novos contratos em regime de renda económica e que, em 2 anos (anos de 2021 e 2022), foram efetuados 101 novos contratos habitacionais de renda económica.

No entanto, apesar do incremento no número de contratos suprarreferido, o número de cessações foi muito mais elevado tendo totalizado 128 contratos. Os contratos

cessados tiveram principalmente a sua génese na renda económica, num total de 83 contratos, essencialmente associados a situações de falecimento do arrendatário.

TIPO DE CONTRATO	CONTRATOS CELEBRADOS			CONTRATOS CESSADOS		
	Renda Livre	Renda Económica	total	Renda Livre	Renda Económica	total
Habitacional	2	26	28	27	75	102
Comercial	1	0	1	8	0	8
Garagem/Parqueamento	8	0	8	10	8	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>26</b>		<b>45</b>	<b>83</b>	
		<b>37</b>			<b>128</b>	

Fig. 28 Contratos de arrendamento

De forma a ser vislumbrada a situação atual dos beneficiários arrendatários de renda económica do IASFA, devemos atentar para o facto de que 761 arrendatários efetuam o seu pagamento de renda através da Caixa Geral de Aposentações (CGA), ou seja, o equivalente a 73%.

	2019	2020	2021	2022	Var n-1
Marinha	48	62	60	66	10%
Exército	39	52	45	54	20%
Força Aérea	29	37	32	38	19%
CGA	904	863	732	761	4%
Outros	27	16	152	129	-15%
<b>Total</b>	<b>1 047</b>	<b>1 030</b>	<b>1 021</b>	<b>1 048</b>	

Fig. 29 Distribuição Arrendatários em regime de arrendamento de renda económica em 2021

Analisando os dados e efetuando uma comparação durante o período de 2019 a 2022, pode ser concluído que os arrendatários em regime de renda económica que efetuam o seu pagamento através dos ramos das Forças Armadas se manteve praticamente estável.

As atividades de Turismo e Lazer ao longo do ano de 2022 foram afetadas pelo contexto pandémico, assim como com o início da guerra na Ucrânia, principalmente as iniciativas turísticas inerentes aos parceiros do CLIMS. Por exemplo, não foi possível a organização de viagens de Grupo com beneficiários nacionais, especificamente para destinos como a Polónia, Roménia e República Checa. Todavia, apesar de um aumento substancial face ao ano de 2021, não se atingiu ainda o número de entradas de beneficiários estrangeiros em meses do IASFA que se verificou no ano de 2019, no período pré-pandemia.

Ao nível da procura de alojamento temporário por beneficiários do IASFA continuou a ser registada uma evolução significativa em todas as meses do IASFA, face a anos anteriores, principalmente no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), onde se registou o maior número de utilizações por beneficiários do Instituto.

### CLIMS em Portugal

Analisando o ano de 2022, podemos constatar que o número de visitantes oriundos dos países CLIMS aumentou consideravelmente face ao ano transato, totalizando 965 beneficiários estrangeiros e representando 3.999 dormidas.

O elevado número de visitantes CLIMS em Portugal alterou a tendência que se verificou nos anos de 2020 e 2021, derivada do contexto pandémico, representando um aumento muito significativo no número de visitantes e no número de dormidas. As meses do IASFA também beneficiaram deste aumento da procura de visitantes do CLIMS, dado que em 2022 foi reativado o alojamento temporário que esteve encerrado devido à pandemia.

### Estrangeiros em Portugal

No decorrer do ano em análise, registou-se um acréscimo no número de beneficiários de outros países em Alojamento Temporário disponibilizado pelo IASFA, mas também se verificou um acréscimo no número de países de onde eram originários. O país com maior número de ocupação em território nacional foi a Espanha, com 602 utilizadores e 1.973 dormidas.

No ano de 2022, as meses do IASFA, assim como as meses do Exército (Lagos/Tavira e Caxias) e os hotéis em regime protocolado, receberam visitantes estrangeiros oriundos de 17 países, dos quais 6 países não pertencentes ao CLIMS, nomeadamente o Brasil.

PAÍS	CAS OEIRAS	CAS PORTO	CAS RUNA	CEREPOSA	MESSES	PROTOCOLADOS	TOTAL PAX	N.º Noites
Alemanha	24	4	0	2	0	12	42	228
Bélgica	1	4	0	0	2	36	43	224
Bulgária	43	42	0	0	3	0	88	495
Espanha	326	265	1	0	3	7	602	1 973
França	6	69	0	2	11	69	157	552
Grécia	9	0	0	0	0	2	11	94
Hungria	5	6	0	0	0	0	11	54
Itália	34	3	0	0	0	0	37	274
Polónia	4	0	0	0	0	0	4	26
Rep. Checa	2	0	0	0	0	0	2	12
Roménia	4	2	0	0	0	4	10	67
Turquia	56	0	0	0	0	0	56	654
Eslováquia	2	395	1	4	19	130	2	1
Brasil	4	0	0	0	0	0	4	8
Dinamarca	2	0	0	0	0	0	2	10
USA	1	0	0	0	0	0	1	5
Timor	12	0	0	0	0	0	12	144
<b>TOTAL</b>	<b>535</b>	<b>395</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>130</b>	<b>1 084</b>	<b>4 821</b>

Fig. 30 Estrangeiros em Portugal: incluindo circuitos e regime individual

Será interessante relevar a Espanha, geograficamente mais próxima e naturalmente na 1.ª posição em número de visitantes e de dormidas, todavia, o maior destaque merece a Turquia, país não pertencente ao CLIMS, como 2.º país com o maior número de dormidas (654) e o 4.º país com maior número de visitantes (56) no ano de 2022. A Bulgária alcançou a 3.ª posição no número de visitantes (38) e a 4.ª posição no número de dormidas (495), em virtude da organização pelo IASFA de 2 grupos com circuitos turísticos no Porto e em Lisboa, os quais foram muito apreciados pelos respetivos participantes.

### **Regime individual de turnos na Europa**

O Regime Individual de Turnos na Europa no ano de 2022 voltou a registar movimento evolutivo positivo, embora apenas tendo como destino a Espanha. A Itália, país sempre muito pretendido pelos beneficiários nacionais, manteve as suas messes encerradas para turnos devido à pandemia Covid-19. Dos 1.289 beneficiários inscritos apenas 154 tiveram vaga atribuída na utilização do turno solicitado, o que representou 503 dormidas em messes de Espanha.

### **Regime Individual, de Turnos Nacionais e Pacotes Promocionais CEREPSA**

Relativamente ao Alojamento Temporário no CEREPSA verificou-se um aumento no número de utilizadores quer através da aquisição de pacotes família como em regime livre, que se traduziu num total de 781 utilizadores, correspondente a 5.569 dormidas.

O regime de turnos no CEREPSA tornou a ser operacionalizado, depois de em 2021 não se ter concretizado devido à instabilidade motivada pela pandemia. No ano de 2022 houve um total de 119 utilizadores em regime de turnos, e um aumento significativo dos pacotes promocionais com 101 utentes, para além de 561 beneficiários em regime livre.

O número de dormidas no CEREPSA no ano de 2022 registou uma evolução positiva consistente, sendo de destacar as dormidas referentes aos pacotes promocionais com um incremento superior a 8 vezes face a 2020.

### **Circuitos de Grupos Organizados**

O ano de 2022 permitiu a organização de 3 Grupos CLIMS em território nacional, oriundos da Bélgica e dois grupos da Bulgária, contudo, não foram realizados grupos nacionais no estrangeiro. Foram planeados e organizados 5 Grupos para os beneficiários nacionais no estrangeiro, no entanto, foram cancelados por número insuficiente de beneficiários inscritos.

### **Regime Individual na Europa**

O Regime Individual na Europa voltou a registar movimento durante o ano. Os beneficiários nacionais puderam usufruir de algumas Messes em território CLIMS. Os países com maior número de visitantes foram a Espanha e Itália.

PAÍS	N.º VISITANTES	N.º DORMIDAS
Alemanha	11	89
Bélgica	8	62
Bulgária	0	0
Espanha	251	980
França	65	208
Grécia	24	194
Hungria	6	0
Itália	69	292
Polónia	0	0
Rep. Checa	5	20
Roméia	3	6
<b>Total:</b>	<b>442</b>	<b>1877</b>

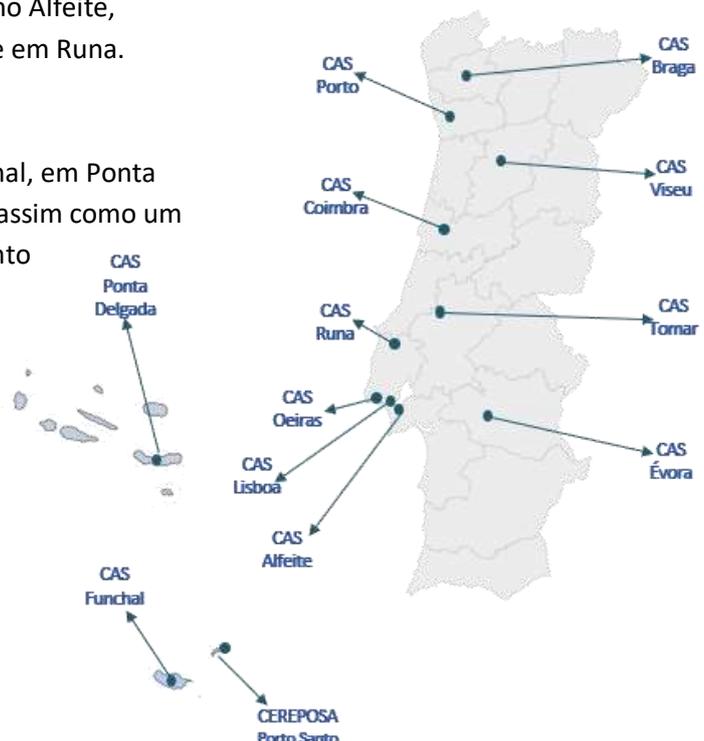
Fig. 31 Beneficiários inscritos em regime individual em países CLIMS em 2022.

## 8.2. CENTROS DE APOIO SOCIAL E CEREPOSA

Distribuídos pelo território Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o IASFA dispõe de diferentes tipologias de equipamentos sociais, os Centros de Apoio Social (CAS). Estes oferecem distintas valências, desde instalações e serviços no âmbito da animação sociocultural, passeios e convívios, alojamento temporário, bem como postos clínicos, berçários, creches, jardins de infância, residências para estudantes e serviços de restauração e fornecimento de refeições takeaway. Disponibilizam, também, postos de atendimento administrativo, destinados ao tratamento de assuntos relacionados com a ASC e com a ADM, como requerimentos de participações financeiras (subsídios e participações), receção de comprovativos para participação de atos médicos e informações gerais, entre outros.

- (1) Os CAS de Nível I encontram-se no Alfeite, em Lisboa, em Oeiras, no Porto e em Runa.
- (2) Os CAS de Nível II em Braga, Em Coimbra, em Évora, no Funchal, em Ponta Delgada, em Tomar e em Viseu, assim como um Centro de Repouso em Porto Santo (CEREPOSA).

Fig. 32 O dispositivo geográfico dos CAS



## CAS e Valências

Centro Apoio Social (CAS)	VALÊNCIAS																		
	Infância Juventude		Turismo e Lazer				Apoio a idosos			Apoio à habitação			Apoio na Saúde			Apoio Social			
	Resid. Univ.	berçário, creche, jardim-de-infância	Aloj. temporário para lazer	Serviço de alimentação	Atividades culturais e recreativas	Transporte Social	Estruturas Residenciais para idosos	Centro de Convívio	Protocolos	Resid. Assistida	Apart. Autónomos	Arrendamento	SAMIED	Postos Clínicos	Serviço recolha análises clínicas	Atend. ASC	Atend. ADM, incluindo proc.	Acomp. Social/ visitas	Aloj. permanente ou temporário Messe
Alfeite		x		x	x			x	x			x		x	x	x	x		
Lisboa				x	x						x		x		x	x	x		
Oeiras	x		x		x		x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	
Porto	x		x	x	x	x	x	x			x	x		x	x	x	x	x	
Runa			x	x	x	x	x	x				x		x	x	x	x	x	x
CEREPOSA			x	x	x													x	
Braga					x										x	x	x		
Coimbra	x		x		x						x				x	x	x	x	
Tomar					x						x		x		x	x	x		
Viseu					x								x		x	x	x		
Évora											x				x	x	x		
Funchal															x	x			
P.Delgada					x						x		x	x	x	x			

Fig. 33 Distribuição por CAS das Valências e áreas de atuação

A atividade dos CAS está refletida de forma integrada, no âmbito da ASC onde é possível ter uma visão comparada e aquilatar os níveis de execução.

Apesar de 2022 a situação pandémica ter aliviado e registar-se o regresso à normalidade anterior continuou a verificar-se uma reduzida procura nos CAS Nível I Lisboa, Oeiras, Runa e Porto para a realização de eventos organizados. Particularmente o CAS de Lisboa não reuniu as condições para reabrir o serviço de restauração, muito solicitado pelos beneficiários. A transferência dos RH para Oeiras (contexto pandémico) e passagens à reforma, mantiveram a incapacidade de reabertura no CASL.

### 8.3. Centros de Apoio Social e CEREPOSA

O ano de 2022 foi marcado pela retoma gradual do atendimento e das atividades, as quais tinham sido fortemente condicionadas pelas medidas impostas para levar de vencida a pandemia por COVID-19.

A procura e adesão às iniciativas dos CAS dispersos geograficamente por parte dos beneficiários, enfatiza a sua importância pela proximidade e acompanhamento que asseguram. Os CAS reportaram as suas iniciativas com visitas organizadas, convívios realizados em datas festivas e outras atividades de índole social.

Os CAS de nível 1 (CASO, CASA, CASR, CASP e CASL) reportaram as dificuldades que sentiram no âmbito dos Recursos Humanos. A elevada idade em categorias profissionais essenciais para as atividades diárias (AO e AT), as saídas decorrentes de passagem à reforma e os pedidos de

mobilidade, conjugados com a dificuldade de recrutamento, obrigou à contratação de serviços com reflexos na qualidade do serviço.

A destacar globalmente:

- Incremento das atividades socioculturais com os beneficiários.
- Reforçado o contacto com os beneficiários com idade superior a 80 anos - para despiste de situações de maior isolamento social, identificando-se situações passíveis de serem elegíveis para visita domiciliária,.
- Incremento das consultas médicas nos postos clínicos.
- A conflitualidade internacional teve consequências no aumento dos preços especialmente ao nível de géneros alimentares e encargos das instalações (água, eletricidade e gás). Adicionalmente, verificou-se também que algumas empresas tiveram dificuldade em entregar os géneros contratados, obrigando a soluções alternativas.

#### *8.4. ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES - ADM*

O ano de 2022 foi caracterizado pelo cumprimento dos pagamentos às entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde de acordo com os prazos acordados. Neste ano foi também concluída a regularização dos juros de mora referentes à antiga dívida aos prestadores privados e de faturação mais antiga que estava por conciliar.

Manteve-se por regularizar um volume de faturação emitida pelo Sistema de Saúde Militar que no final de 2022 ascendia a cerca 21 M€, dos quais 2,4M€ corresponde a faturação de cuidados de saúde prestados a beneficiários abrangidos pela Portaria nº 1034/2009, de 11 de setembro.

Ainda em 2022, a ADM continuou a suportar despesas com cuidados de saúde de militares na efetividade de serviço realizadas em prestadores privados, quando o HFAR não conseguiu dar resposta a estas necessidades por diversas razões, nomeadamente, pelo afastamento geográfico destes beneficiários dos polos do HFAR de Lisboa e Porto, ou quando simplesmente os beneficiários optaram por recorrer a entidades privadas.

A verba inscrita no OE destinada a suportar as despesas de saúde dos beneficiários abrangidos pela portaria 1034/2009 (tudo o que sejam medicamentos, produtos de apoio e dispositivos médicos, cirurgias, internamentos, oncologia, medicina física e reabilitação, transportes/etc.), no montante de 21 M€, continuou a revelar-se insuficiente.

Por outro lado, continuou a verificar-se a quebra de receitas para a ADM decorrente das políticas sociais do Estado, concretamente as derivadas da isenção de descontos para o subsistema dos beneficiários aposentados ou reformados com vencimentos inferiores a uma vez e meia a RMMG, que de 2021 para 2022 originou uma quebra na receita que rondou 1,4M€. Ainda nesta linha, as despesas de saúde dos familiares dos beneficiários abrangidos pela Portaria nº 1034/2009, de 11 de setembro, num valor anual de cerca de 2,5 M€, continuaram a ser suportadas pelos descontos dos beneficiários da ADM.

Em 2022, releva-se:

- Reativados e estabelecidos novos acordos sobretudo nas zonas e distritos mais carenciados;
- Retomado o estabelecimento de novas convenções;

- Reiniciados os trabalhos com vista à criação de legislação que regule a atribuição dos produtos de apoio e dispositivos médicos aos beneficiários abrangidos pela Portaria nº 1034/2009, de 11 de setembro;
- Desencadeadas iniciativas e estudos tendentes à concretização da substituição do sistema de informação e gestão da ADM;
- Assegurado o acesso ao cartão ADM através da aplicação id.gov.pt;
- Melhorada a comunicação com os beneficiários, privilegiando a utilização do *contact center* - Linha de Informação ao Beneficiário, do Portal do beneficiário, das redes sociais, da revista *InfoIASFA* e de *Newsletters*;
- Foi feita a revisão da rede de Postos de Atendimento da ADM, bem como das funções relativas ao atendimento e aconselhamento dos beneficiários e de receção e processamento da documentação;
- Manteve-se a capacidade de validação e certificação da faturação entrada na ADM no prazo de uma semana, com carregamento e pré-validação em sistema no próprio dia;
- Implementados procedimentos que permitiram reduzir o prazo médio de processamento dos reembolsos no âmbito do Regime Livre;
- Reativado o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar uma proposta de diploma que crie o sistema de atribuição dos produtos de apoio e dispositivos médicos aos beneficiários abrangidos pela Portaria nº 1034/2009, de 11 de setembro;
- Implementadas as novas tabelas da ADSE para o Regime Convencionado e as suas sucessivas atualizações;
- Prestada colaboração ao GPGFO e à assessoria jurídica no âmbito de processos de injunção;
- Reiterada a necessidade de revisão do regime jurídico da ADM contemplado no Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de setembro;

#### No âmbito da Assessoria da DSADM:

No âmbito das suas competências o Gabinete de Assessoria manteve atualizada a base de dados da ADM, colaborou na pesquisa e elaboração de dados estatísticos e apoiou a direção da ADM nos estudos, pareceres e produção das correspondentes informações para decisão superior com vista às autorizações de participações, internamentos e tratamentos médicos e/ou cirúrgicos.

Quer no Regime Livre, quer no Regime Convencionado foram elaborados pareceres técnicos e administrativos nas diversas áreas de intervenção. Foram igualmente analisados os pedidos para internamentos e tratamentos de Medicina Física e Reabilitação, bem como, autorizações para a participação dos meios de correção e compensação.

De salientar igualmente a análise a todo o processamento dos tratamentos oncológicos, das cirurgias e certificação das mesmas, bem como, o levantamento sobre os atos de enfermagem e internamentos sem cirurgia, o que levou a uma diminuição nos custos com as participações dos referidos atos.

No caso da Medicina Física e Reabilitação, cerca de 10% dos pedidos não foram participados por já terem ultrapassado os limites máximos autorizados e por não apresentarem justificação para o efeito.

No ano de 2022 continuou a verificar-se um acréscimo de pedidos de tratamentos no domicílio relativamente aos anos anteriores.

#### No âmbito da Gestão de beneficiários e benefícios:

O número e distribuição dos beneficiários com cartão válido a 31 de dezembro pelos ramos das Forças Armadas foi o seguinte:

	MARINHA		EXÉRCITO		FORÇA AÉREA		TOTAL		Total
	Familiares	Titulares	Familiares	Titulares	Familiares	Titulares	Familiares	Titulares	
Militares do QP	15 551	13 875	17 016	13 873	8 714	8 060	41 281	35 808	77 089
Academias Militares	3	450	3	375	2	261	8	1 086	1 094
Portaria 1034	352	558	4 436	8 428	327	512	5 115	9 498	14 613
Pessoal Militarizado	1 439	1 593	96	270			1 535	1 863	3 398
Pessoal Civil			5	2			5	2	7
Militares RC	46	846	241	7 263	136	1 942	423	10 051	10 474
<b>TOTAL</b>	<b>17 391</b>	<b>17 322</b>	<b>21 797</b>	<b>30 211</b>	<b>9 177</b>	<b>10 775</b>	<b>48 367</b>	<b>58 308</b>	<b>106 675</b>

Fig. 34 N.º Beneficiários com cartão ADM por Ramo FFAA

Os beneficiários da ADM encontram-se enquadrados pelo Decreto-lei nº 167/2005, de 23 de setembro.

A evolução entre 2021 e 2022 da distribuição dos beneficiários da ADM por tipologia é a seguinte:

	Titulares			Familiares				Total
	Ativo e Reserva	Reforma	TOTAL	Cônjuges ou equip., Extraordinários e Associados	Descendentes	Ascendentes	TOTAL	
2022	29 813	28 495	58 308	33 337	14 907	123	48 367	<b>106 675</b>
2021	30 826	27 869	58 695	33 474	17 693	147	51 314	<b>110 009</b>

Fig. 35 Tipologia beneficiários

Os beneficiários Titulares da ADM representam cerca de 55% do conjunto dos beneficiários, sendo que o grupo dos beneficiários familiares representa os restantes 45%.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>TITULARES</b>	<b>58 967</b>	<b>58 456</b>	<b>56 998</b>	<b>57 102</b>	<b>58 695</b>	<b>58 308</b>
No ativo e reserva	29 891	30 154	29 149	29 343	30 826	29 813
Reforma	29 076	28 302	27 849	27 759	27 869	28 495
<b>FAMILIARES</b>	<b>56 118</b>	<b>51 748</b>	<b>51 476</b>	<b>49 774</b>	<b>51 314</b>	<b>48 367</b>
Cônjuges, Equiparados, Extraordinários e Associados	34 644	33 349	33 043	35 321	33 474	33 367
Descendentes	21 271	18 213	18 017	14 279	17 693	14 907
Ascendentes	203	186	146	154	147	123
<b>TOTAL</b>	<b>115 085</b>	<b>110 204</b>	<b>108 204</b>	<b>106 876</b>	<b>110 009</b>	<b>106 675</b>

Fig. 36 Evolução anual dos beneficiários da ADM – Titulares e Familiares

Através da figura seguinte é possível constatar-se o peso que o conjunto dos beneficiários mais idosos tem na ADM, verificando-se que os beneficiários com mais de 60 anos representam 48% do universo total. Tal facto decorre de a esperança média de vida ter vindo sucessivamente a aumentar

ao longo dos últimos anos, sendo que, o envelhecimento estruturante implica em média, gastos significativos com a saúde.

	[0-19 anos]	[20-29 anos]	[30-39 anos]	[40-49 anos]	[50-59 anos]	[60-69 anos]	[70-79 anos]	[>= 80 anos]	TOTAL
2022	13 862	12 780	6 829	8 679	11 626	14 833	19 358	18 708	106 675
2021	14 065	14 638	7 920	8 373	12 543	14 877	19 786	17 807	110 009
2020	14 123	11 296	8 252	8 229	13 657	14 854	19 887	16 578	106 876

Fig. 37 Escalão etário dos Beneficiários

### Beneficiários abrangidos pela Portaria 1034/2009

Relativamente ao universo de beneficiários abrangidos pela Portaria nº 1034/2009, verifica-se que, em 31 de dezembro era composto por 9.498 beneficiários titulares registados, com cartão válido, importando ainda contabilizar mais 5.115 beneficiários familiares inscritos na ADM, o que perfaz um quantitativo de 14 613 beneficiários relacionados com a Portaria n.º 1034/2009.

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
DFA	384	4 152	479	5 015
G DFA	15	173	21	209
Pensionistas Invalidez	159	4 103	12	4 274
TOTAL	558	8 428	512	9 498

Fig. 38 Beneficiários Portaria 1034-2009

### Gestão de cartões ADM

A DGBB procedeu à emissão do cartão de identificação ADM, em conformidade com as inscrições e as renovações efetuadas pelos Ramos das Forças Armadas.

Em 2022 a DSADM emitiu 35.275 cartões de beneficiário o que representou uma redução de 12,22% relativamente ao ano anterior.

Período	N.º cartões emitidos
2022	35 275
2021	40 183
2020	39 724
2019	43 198

Fig. 39 Cartões emitidos

### Beneficiários Extraordinários e Associados

O Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de dezembro, consagrou a possibilidade dos beneficiários titulares de ADSE, cônjuges ou que vivam em união de facto com beneficiários titulares da ADM, poderem optar pela inscrição como Beneficiários Extraordinários neste Subsistema, situação regulada pela Portaria nº 1393/2007, que definiu os termos dessa opção.

O número de beneficiários extraordinários da ADM em 31 de dezembro, registados e com cartão válido é de 3.470 representando um incremento de 0,55% em relação ao número de beneficiários extraordinários apurados no ano anterior.

Beneficiários Extraordinários		variação
2022	3 470	0,55%
2021	3 451	-9,61%
2020	3 818	5,91%
2019	3 605	

Fig. 40 Variação dos beneficiários extraordinários

A publicação do Decreto-Lei Nº 81/2015, de 15 de maio, regulamentado através da Portaria 482-A/2015 de 18 de junho, criou uma categoria de beneficiários da ADM designados por beneficiários associados, anteriormente designados por “protocolados”. A inscrição nesta tipologia de beneficiários pressupõe o processamento de um desconto no vencimento/pensão do beneficiário titular, executado nos termos previstos nos n.ºs 4 a 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio.

Relativamente ao universo de Beneficiários Associados, registado e com cartão válido em 31 de dezembro de 2022, foi apurado o número de 14.802, representando um aumento de 1,01% em relação ao número de beneficiários associados apurados em 2021.

Beneficiários Associados		variação
2022	14 802	1,01%
2021	14 595	5,57%
2020	13 825	0,55%
2019	13 750	

Fig. 41 Variação dos beneficiários dos beneficiários associados

No âmbito da Gestão de Prestadores:

### **Sistema de Saúde Militar (SSM)**

O Despacho n.º 1702/2018, de 30 de dezembro, do MDN estabeleceu o regime de faturação e liquidação de encargos relativamente aos cuidados de saúde prestados pelo HFAR e pelas demais estruturas do SSM aos beneficiários da ADM.

De acordo com o definido pelo referido despacho os encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde no HFAR e nas demais estruturas do SSM, aos beneficiários da ADM que são militares do ativo e na efetividade de serviço, passaram a ser suportados pelos Ramos das FA.

Por outro lado, os cuidados de saúde prestados pelo SSM aos restantes beneficiários são suportados pelo subsistema ADM. Desde a publicação do referido Despacho, a evolução da faturação do SSM à ADM tem sido a que se indica no quadro seguinte, respeitando à faturação relativa aos outros beneficiários que não são militares no ativo ou na efetividade do serviço.

	HFAR e CSMC
2022	9 866 658,64 €
2021	7 314 504,08 €
2020	5 475 652,97 €
2019	11 647 572,32 €

Fig. 43 Faturação, HFAR e CSMC 2019 – 2022

### Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF)

Em 2022 a ADM continuou a suportar os encargos previstos pelo Protocolo de Cooperação entre o IASFA, HFAR e o LMPQF, relativos aos Produtos de Apoio, Dispositivos Médicos e medicamentos disponibilizados aos beneficiários abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009, tendo deixado de suportar os encargos com os medicamentos dispensados em regime de ambulatório pelo HFAR.

A evolução da faturação do LNM à ADM tem sido a que se indica no quadro seguinte.

	Montantes dos medicamentos, produtos de apoio e dispositivos médicos disponibilizados pelo LM a Beneficiários abrangidos pela Portaria 1034/2009
2022	2 698 257,79 €
2021	2 450 232,85 €
2020	236 950 160 €
2019	2 854 830,00 €

Fig. 44 Faturação, HFAR e CSMC 2019 – 2022

### Acordos com entidades prestadoras de cuidados de saúde

Ao longo de 2022, decorrente do saneamento da dívida às entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde, foi possível ao IASFA/ADM reforçar a rede de prestadores convencionados, através da reativação das convenções (acordos) que tinham sido suspensas em anos anteriores e da celebração de mais 83 novos acordos, privilegiando sobretudo as regiões autónomas e as regiões mais carenciadas no interior do país.

## 8.5. AÇÕES DE APOIO AO CONSELHO DIRETIVO

Em 2022 manteve-se a prioridade de manter e incrementar a comunicação com beneficiários e stakeholders. Neste sentido a comunicação institucional foi alcançada tendo sido concretizada a divulgação das quatro edições da InfolASFA, newsletter mensais para colaboradores e beneficiários e uma elevada interação nas plataformas sociais na internet. A comunicação institucional revestiu-se de elevado impacto no relacionamento com os beneficiários do IASFA e demais stakeholders, pelo que a desejável proximidade e oportunidade na transmissão da informação institucional foi plenamente conseguida.

Não obstante os bons resultados alcançados, estivemos limitados nas ações de divulgação externa, nomeadamente webinars, pela saída do técnico de informática que suportava esta capacidade e não ter sido possível a sua substituição.

No que se refere à componente de auditoria interna realizaram-se 50% das auditorias planeadas, designadamente, a “AI 03/2022 Comparticipações e Subsídios ASC e ADM” e “AI 04/2022 - Segurança e Defesa Alimentar”. As auditorias não executadas, “AI 01/2022 - Contratação Pública”, suspendeu-se face aos trabalhos em curso com a Fiscal Único e a “AI 02/2022 - Regulamento Geral de Proteção de Dados”, viu o seu enquadramento legal modificado por força da entrada em vigor do Dec. Lei 109E, pelo que, até implementação de um novo modelo, decidiu-se suspender a mesma.

Em apoio direto ao CD, realizou-se a coordenação com a IGDN no acompanhamento em 5 auditorias que se indicam:

- Aud. 15/2022 - Promoção da Igualdade de Género na Defesa Nacional - 15/2022
- Aud. 26/2022 - SIADAP 2 e 3 - avaliação do desempenho do pessoal civil
- Aud. 39/2022 - Gestão e Controlo de inventários
- Aud. 48/2022 - Gestão de ativos fixos tangíveis
- Aud. 64/2022 - Implementação do novo regime de Teletrabalho

No âmbito da Defesa e Segurança Alimentar, manteve-se a supervisão da implementação dos procedimentos enunciados no Manual de HACCP e ministrou-se formação ao CASO. No mesmo contexto e com a colaboração do Exército Português, através da Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química, realizou-se o Controlo microbiológico do setor de alimentação dos CAS.

## 9. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

### 9.1. Recursos Humanos

#### 9.1.1 Recrutamento e Seleção

No ano de 2022, o GRH, centrou os seus recursos ao nível técnico, principalmente na área do recrutamento de novos trabalhadores, necessários para a prossecução das atribuições do IASFA.

Foram abertos 10 Procedimentos Concursais para a constituição de relação jurídica de emprego público e recrutamento na modalidade de Mobilidade Interna.

#### 9.1.2 Implementação do PORTAL/RHV do SIGDN

O Portal RHV, teve várias tentativas de implementação desde o início do projeto PORTAL, mas acabaram sempre em insucesso, só sendo possível a operação do sistema legado da assiduidade, em junho de 2022.

#### 9.1.3 Aferir a satisfação dos Dirigentes e Colaboradores

Foi aplicado um questionário de satisfação para os colaboradores do IASFA e seus dirigentes, de forma aleatória e confidencial, cujo objetivo era avaliar o modo como os colaboradores e dirigentes,

percecionaram a organização, de modo a aferir o seu grau de satisfação e grau de motivação sobre as atividades que desenvolvem, permitindo desta forma, apostar numa melhoria continua dos serviços que são prestados pelo IASFA.

- Enviado a 422 Trabalhadores/as – 102 Respostas, em que 67 das respostas foram com grau de satisfação de 4 e /ou 5;
- Enviado a 24 Dirigentes – 15 Respostas, em que 9 das respostas foram com grau de satisfação de 4 e/ou 5;

No sentido de perceber se a formação ministrada foi ao encontro das necessidades pessoais e profissionais dos seus trabalhadores, foi aplicado um questionário de avaliação da eficácia da formação, que visou identificar a adequação dos programas e o impacto da ação de formação, ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional, bem como, do desempenho no contexto de trabalho.

- Enviado a 422 Trabalhadores/as – 90 Respostas

#### *9.1.4 Saúde ocupacional e segurança e saúde no trabalho*

*Ao nível da saúde ocupacional e no âmbito das condições de segurança e saúde no trabalho*

Foi aplicado um questionário com um conjunto de temáticas relacionadas com avaliação das condições de segurança e saúde no trabalho, para recolher de forma anónima, junto de cada trabalhador, dados sobre o tipo de informação e conhecimento que cada um tem sobre os riscos a que se encontra exposto e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

- Enviado a 422 Trabalhadores/as – 148 Respostas

*Ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho*

- Ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Em 2022 foram realizadas 4 ações de formação de segurança e saúde no trabalho, em que participaram 38 trabalhadores.

- Atividades de medicina no trabalho

No âmbito da vigilância da saúde dos/as trabalhadores/as, foram realizadas 253 consultas de Medicina no Trabalho, 113 exames de Admissão, 131 exames periódicos e 9 exames ocasionais.

- Segurança

Ainda relacionado com a Segurança e Saúde no trabalho, foram realizadas 12 visitas aos postos de trabalho. Relativamente à segurança e saúde no trabalho, até 31 de dezembro de 2022, foi realizada a avaliação dos riscos profissionais associados a todas as atividades desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as, no CAS/Oeiras, DSADM e CAS/Évora.

#### *9.1.5 Formação Profissional*

Durante o ano de 2022, ocorreram 331 participações em ações de formação profissional, com maior destaque para a participação em ações de formação externa, num total de 215 trabalhadores.

#### *9.1.6 Recursos Humanos*

Em 31 de dezembro de 2022 o total de efetivos do IASFA era de 565 trabalhadores/as dos quais:

- 19 (3,4%) em funções dirigentes em regime de comissão de serviço, designadamente 3 dirigentes superiores e 16 dirigentes intermédios;
- 461 (81,6%) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

- 85 (15%) trabalhadores/as militares (este nº será 86 se for adicionado o Sr. TGen Presidente do CD - somado nos 19 dirigentes);

Constata-se que as carreiras que concentraram o maior número de efetivos foram as de Assistente Operacional (240) e de assistente técnico (117), correspondendo a 42,47% e 20,70% respetivamente.

Segundo o género, na distribuição dos trabalhadores/as por cargo/carreira, predominou o feminino, sendo mais acentuado nas carreiras de assistente técnico e assistente operacional.

A taxa de feminização correspondeu a 65,4%.

#### 9.1.7 Análise dos principais dados apurados do Balanço Social de 2022:

- Decréscimo de 35 trabalhadores do total do n.º de trabalhadores do IASFA, sendo que essa redução abrange 24 efetivos civis;
- Verificou-se um predomínio do género feminino; dos 565 efetivos, 370 são mulheres e 195 são homens, o que corresponde a 65,4% do total de trabalhadores/as do IASFA;
- Dos 17 cargos de direção intermédia existentes no IASFA, 16 estavam ocupados em 31 de dezembro de 2022, dos quais 11 por homens (68,75%) e 5 por mulheres (31,25%); este indicador revela predominância de homens, por efeito do número dos oficiais na direção dos CAS; anulado este efeito a tendência inverte-se;
- A idade média dos/as trabalhadores/as situou-se nos 54 anos;
- A antiguidade média na função pública situou-se nos 24 anos;
- A taxa de habilitação secundária atingiu em 2022, os 33,6%, seguida da taxa de habilitação superior 26 %;
- O regime de horário de trabalho predominante continuou a ser o horário flexível (40%);
- A taxa de absentismo foi de 11,9 %, mais 4,9% que em 2021, este aumento reflete as consequências da elevada estrutura etária do IASFA;

Para o apuramento do grau de excelência dos serviços pelo CCAS são seguidos critérios (com pesos diferenciados) enunciados no documento *Avaliação dos Serviços DOCUMENTO TÉCNICO N.º 1/2010* e dos quais fazem parte, entre outros, o Índice de produtividade e o Índice custo-eficácia, apurados nos pontos 9.1. e 9.2. O grau de excelência é aferido pelo CCAS numa escala de 1 a 10.

Recursos Humanos Planeados					Recursos Humanos Realizados						
Recursos Humanos	Planeado	Dias uteis	UERHP *	Pontuação PLANEADA		Realizado	Dias uteis	Ausências (dias)	UERHE	Desvio	Pontuação REALIZADA
	Trabalhadores										
Dirigentes - Direção superior	3	228	684	20	60	3	228		684	0	60
Direção Intermédia e Chefes de Equipa	17	228	3876	16	272	16	228		3876	0	272
Técnicos Superiores (inclui Esp.Inf.)	129	228	29412	12	1548	82	228	799	28613	799	1506
Docentes	7	228	1596	11	77	7	228	27	1569	27	76
Coordenadores Técnicos	8	228	1824	9	72	8	228	157	1667	157	66
Assistentes Técnicos (inclui Téc.Inf)	235	228	53580	8	1880	165	228	1930	51650	1930	1812
Encarregados Operacionais	9	228	2052	6	54	7	228	212	1840	212	48
Assistentes Operacionais	397	228	90516	5	1985	248	228	3402	87114	3402	1910
Terapeutas	16	228	3648	10	160	14	228	406	3242	406	142
Enfermeiros	34	228	7752	10	340	15	228	380	7372	380	323
<b>Total</b>	<b>855</b>		<b>194940</b>		<b>6448</b>	<b>565</b>		<b>7313</b>	<b>187627</b>	<b>7313</b>	<b>6215</b>

Fig. 42 RH planeados e realizados

O Índice de produtividade, apresentado na figura seguinte, faz a comparação do desempenho do IASFA e a utilização dos seus recursos humanos (medidos em tempo) com o planeado para o ano 2022.

Índice de Produtividade		
Indicadores	Fórmula de Cálculo	%
Taxa de realização global dos objetivos	Media ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	118%
Taxa de utilização dos Recursos Humanos	$(\text{UERH utilizados}/\text{UERH planeados}) * 100$	96%
Índice de produtividade	$(\text{Taxa de realização Global de objetivos}/\text{Taxa de utilização RH}) * 100$	122%

Fig. 43 Índice de produtividade dos RH

A taxa de utilização de RH aferida, de 96%, correspondente à diferença entre 855 recursos planeados e 565 efetivos considerando o rácio entre Unidades equivalentes de Recursos Humanos (planeados\_UERHP e executados\_UERHE). Este método confere maior fiabilidade nos cálculos da gestão de recursos humanos, uma vez que neles são tidos em consideração os dias úteis de trabalho e as ausências.

A produtividade foi avaliada com o tempo real de trabalho, ainda que de uma forma global, traduz um índice de produtividade de 122%. Ou seja, apesar de haver a utilização de um número de recursos abaixo do previsto, o desempenho alcançado teve uma execução um acima dos 100%, positiva, revelando que, mais uma vez, se conseguiu um bom desempenho com o número de efetivos do IASFA.

Apresenta-se de seguida uma breve síntese do número e distribuição dos colaboradores do IASFA:

	Militares	Civis	TOTAL
<b>2022</b>	86	479	565
<b>2021</b>	98	502	600

Fig. 44 Colaboradores militares e civis no IASFA

Unidade Orgânica	Direção Superior 1.º Grau	Direção Superior 2.º Grau	Dirigente Interm. 1.º Grau	Dirigente Interm. 2.º Grau	Técnico Superior	Ed Inf	Coord. Técnico	Assist. Técnico	EO	AO	ENF	TDT	INF	TOTAL
CD	1*	2												2
Gabinete de Auditoria*														0
Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo				1	4		1	7		2				15
Direção Serviços ADM			1											1
Div. Gestão de Benefícios e Beneficiários				1	2			18		2				23
Div. Prestadores				1	2		1	8		1				13
Direção Serv Ação Social Complementar			1											1
Divisão de Apoio Social				1	4		1	1		1				8
Divisão de Gestão do Património				1	6			3	1	10				21
Divisão de Turismo e Lazer						1		1						2
Gabinete de Recursos Humanos				1	4		1	3						9
Gabinete de Recursos Materiais				1	2		1	6						10
Gab. Planeam. Gestão Financeira Orç.				1	3		1	6						11
Gabinete Sistemas Informação Comunicação				1									5	6
CAS / Alfeite				1	6	6		8	2	49	1			73
CAS / Braga					1									1
CAS / Coimbra					2			3		1				6
CAS / Évora					1			2						3
CAS / Funchal								1						1
CAS / Lisboa				1	4			4		14				23
CAS / Oeiras				1	9		1	21	2	96	8	10		148
CAS / Ponta Delgada								1		4				5
CAS / Porto				1	4			1		15	5	1		27
CAS / Runa				1	7		1	10		33	1	3		56
CAS / Tomar					1			2						3
CAS / Viseu					1			1		2				4
CEREPOSA								2	2	3				7
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>63</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>109</b>	<b>7</b>	<b>233</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>479</b>

Fig. 45 Cíveis no IASFA

	Oficiais	Sargentos	Praças
<b>Marinha</b>	2	15	13
<b>Exército</b>	13	27	1
<b>F. Aérea</b>	3	12	0

Fig. 46 Militares no IASFA por Ramo

Unidade Orgânica	TGen	MGen	CMG/ Cor	CFR/ Tcor	CTen/ Maj	1Ten/ Cap	2Ten/ Ten	GMar/Alf	Sarg	Praça	TOTAL
CD	1										1
Gabinete de Auditoria			4								4
Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo											0
Direção de Serviços ADM											0
Divisão Gestão de Benefícios e Beneficiários									2	3	5
Divisão Prestadores											0
Direção de Serviços Ação Social Complementar											0
Divisão de Apoio Social									2		2
Divisão de Gestão de Património									4		4
Divisão de Turismo e Lazer									2		2
Gabinete de Recursos Humanos									1	1	2
Gabinete de Recursos Materiais									1		1
Gab. Planeamento Gestão Financeira Orçamental											0
Gabinete Sistemas Informação Comunicações									1		1
CAS / Alfeite				1			1		8	6	16
CAS / Braga			1						3		4
CAS / Coimbra				2					5		7
CAS / Évora									2		2
CAS / Funchal									1		1
CAS / Lisboa									1		1
CAS / Oeiras				1			1		7	5	14
CAS / Ponta Delgada			1						1		2
CAS / Porto									2		2
CAS / Runa				2					5		7
CAS / Tomar			1						4		5
CAS / Viseu				1					1		2
CEREPOSA			1								1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>53</b>	<b>15</b>	<b>86</b>

Nota: O Sr. Tenente-General está somado nesta tabela e considerado em quadro de anterior como Dirigente Superior de 1º Grau

Fig. 47 Militares no IASFA

Unidade Orgânica	Dirigente Superior de 1.º grau	Dirigente Superior de 2.º grau	Dirigente Intermédio de 1.º grau	Dirigente Intermédio de 2.º grau	Total
CD	1	2			3
Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo				1	1
Direção de Serviços ADM			1		1
Div. Gestão de Benefícios e Beneficiários				1	1
Div. Prestadores				1	1
Direção de Serviços Ação Social Complementar			1		1
Divisão de Apoio Social				1	1
Divisão de Gestão de Património				1	1
Divisão de Turismo e Lazer					0
Gabinete de Recursos Humanos				1	1
Gabinete de Recursos Materiais				1	1
Gab. Planeamento Gestão Financeira Orçamental				1	1
Gabinete Sistemas Informação Comunicação				1	1
CAS / Alfeite				1	1
CAS / Braga					0
CAS / Coimbra					0
CAS / Évora					0
CAS / Funchal					0
CAS / Lisboa				1	1
CAS / Oeiras				1	1
CAS / Ponta Delgada					0
CAS / Porto				1	1
CAS / Runa				1	1
CAS / Tomar					0
CAS / Viseu					0
CEREPOSA					0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>19</b>
<b>Dirigentes</b>	<b>Exército</b>	<b>Força Aérea</b>	<b>Marinha</b>		

Fig. 48 Dirigentes do IASFA

## 9.1.1. Articulação com o Balanço social: principais tendências e indicadores

Contrato de trabalho em funções públicas	81,6%	80,7%	tempo indeterminado
Carreira com maior expressividade	42,5%	44,8%	Assistente Operacional
Género	65,4%	65,3%	Feminino
Média etária	54,0	52,0	anos
Média tempo de serviço	24,0	22,5	anos
Taxa de habilitação superior	26,0%	25,0%	Ensino Superior

Fig. 49 Caracterização sociográfica dos colaboradores

	2022	2021
N.º de efetivos	565	600
Taxa de tecnicidade	14,4%	23,8%
Índice de envelhecimento	47,8%	47,5%
Taxa de reposição	47,0%	52,1%
Taxa de saúde Ocupacional	52,7%	36,0%
Taxa de absentismo	11,9%	7,0%
Taxa de execução do plano de formação	62,4%	79,0%
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	2,9%	3,0%

Fig. 50 Seleção de indicadores Balanço Social

## Execução do Plano de Formação

	N.º Formandos previsto	N.º formandos efetivo
2022	270	331
2021	188	124

Fig. 51 Número Formandos

	Planeadas	Realizadas e Não Planeadas
N.º Ações Formação	85	26
N.º Formandos	270	36

Fig. 52 Ações de Formação versus Número de formandos

	2022	2021
% Ações de formação	62,40%	79,00%
% Horas de formação	70,40%	67,00%
% Formandos	109,30%	66,00%
% Volume de formação	61,58%	78,00%

Fig. 53 Execução Plano de formação

## 9.2. Recursos Financeiros

A nível dos recursos financeiros do IASFA, os dados finais do QUAR2022 e a sua execução constam da figura seguinte.

<b>Recursos Financeiros</b>				
<b>Designação</b>	<b>Planeados</b>	<b>Executados</b>	<b>Desvio</b>	<b>%</b>
Orçamento de funcionamento	98 219 968,00 €	92 584 075,97 €	-5 635 892,03	-5,74%
Despesas c/Pessoal	12 200 000,00 €	9 303 603,94 €	-2 896 396,06	-23,74%
Aquisições de Bens e Serviços (a)	84 273 301,00 €	83 180 482,46 €	-1 092 818,54	-1,30%
Outras despesas correntes	1 746 667,00 €	99 989,57 €	-1 646 677,43	-94,28%
<b>PIDDAC</b>				
Outros valores	1 282 053,00 €	2 944 553,03 €	1 662 500,03	129,67%
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>99 502 021,00 €</b>	<b>95 528 629,00 €</b>	<b>-3 973 392,00</b>	<b>-3,99%</b>
a) Inclui as despesas da ADM				

Fig. 54 Recursos financeiros Execução QUAR2022

Da análise da figura anterior verifica-se que, a nível global, o desvio entre os recursos financeiros planeados e os executados é negativo, originado maioritariamente pelos seguintes acontecimentos:

- O desvio entre o planeado e o executado em Despesas com Pessoal foi originado pelo facto não ter sido possível lançar todos os procedimentos previstos para o preenchimento do mapa de pessoal e pelo facto de alguns dos procedimentos que efetivamente foram lançados terem ficado desertos, o que levou a que não fosse executada a totalidade do valor orçamentado neste agrupamento.

- O desvio entre o planeado e o executado em Aquisição de Bens e Serviços, onde se incluem desde 2020 as despesas da ADM, deveu-se à necessidade de reforçar os valores planeados em Outros Valores, no montante de 1 803 459€, para pagamento dos juros de mora aos prestadores de cuidados de saúde privados relativos à dívida da ADM saneada no final de 2021. Esta alteração teve um impacto contrário no orçamento de Outros Valores, apresentando um montante executado superior ao que foi planeado.

- O desvio entre o planeado e o executado no orçamento de Outras Despesas Correntes, deve-se ao facto do montante de relativo à reserva dos 2,5% ser uma verba que não tem execução, ficando a mesma cativa no início de cada ano. Foi solicitada autorização da Tutela para a transferência do montante orçamentado neste agrupamento para reforço das despesas com a ADM, reforçando assim o agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços.

No anexo E é apresentada uma análise mais detalhada sobre a área financeira durante o ano de 2022.

A taxa de execução de recursos financeiros (funcionamento + investimento) conjugada com a taxa de realização global dos Objetivos QUAR2022, permite medir o Índice percentual de Custo – Eficácia, ferramenta que permite perceber a melhoria da qualidade dos serviços prestados, e que em 2022 foi de 123%, considerando-se bom.

<b>Indicadores</b>	<b>Fórmula de Cálculo</b>	<b>Resultado</b>
Taxa de realização dos objetivos	Média Ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	118%
Taxa de execução dos recursos financeiros	$(\text{Despesa executada}/\text{Despesa orçamentada}) * 100$	96%
Índice de Custo-Eficácia	Taxa de concretização Global de Objetivos/Taxa de execução dos recursos financeiros	123%

Fig. 55 Índice de custo-eficácia

## 9.2.1. Custos por Unidade Orgânica

DESPESA POR UNIDADES ORGÂNICAS DO IASFA - 2022	Tipo de Despesa				TOTAL DA DESPESA
	Despesas com pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas	Investimento	
CAS do ALFEITE	1 387 319,96	547 088,18	242,92	4 999,97	1 939 651,03
CAS de LISBOA	406 776,79	109 724,90	236,64	1 031,46	517 769,79
CAS de OEIRAS	2 752 054,65	3 727 961,34	2 394,22	221 065,98	6 703 476,19
CAS do PORTO	573 176,55	645 226,68	786,83	4 695,14	1 223 885,20
CAS de RUNA	994 068,95	1 535 586,75	681,38	9 240,99	2 539 578,07
<i>Total dos CAS Nível I</i>	<i>6 113 396,90</i>	<i>6 565 587,85</i>	<i>4 341,99</i>	<i>241 033,54</i>	<i>12 924 360,28</i>
CAS de BRAGA	35 169,51	3 153,31	-	-	38 322,82
CAS de COIMBRA	134 705,03	18 444,56	-	2 316,28	155 465,87
CAS de ÉVORA	46 120,96	4 130,84	-	-	50 251,80
CAS do FUNCHAL	17 434,12	2 580,54	-	294,22	20 308,88
CAS de PONTA DELGADA	76 654,23	60 092,90	-	145,00	136 892,13
CAS de TOMAR	77 823,59	25 326,38	-	678,10	103 828,07
CAS de VISEU	69 203,96	10 000,45	-	92,25	79 296,66
CENTRO REPOUSO de PORTO SANTO (CEREPOSA)	116 676,62	155 341,60	599,83	4 130,00	276 748,05
<i>Total dos CAS Nível II</i>	<i>573 788,02</i>	<i>279 070,58</i>	<i>599,83</i>	<i>7 655,85</i>	<i>861 114,28</i>
<i>Total dos CAS (Nível I e II)</i>	<i>6 687 184,92</i>	<i>6 844 658,43</i>	<i>4 941,82</i>	<i>248 689,39</i>	<i>13 785 474,56</i>
Direção de Serviços da ASC (DSASC)	672 431,08	683 696,01	636 310,32	2 812,13	1 995 249,54
Direção de Serviços da ADM (DSADM)	620 028,89	123 821,03	1 834 658,87	2 572,32	2 581 081,11
SEDE IASFA (CD e 5 Gabinetes)	1 323 959,05	732 020,48	140 696,11	173 861,64	2 370 537,28
<i>Total das Direções de Serviço e Sede</i>	<i>2 616 419,02</i>	<i>1 539 537,52</i>	<i>2 611 665,30</i>	<i>179 246,09</i>	<i>6 946 867,93</i>
<b>TOTAL (a)</b>	<b>22 677 973,78</b>	<b>22 073 512,81</b>	<b>2 626 490,76</b>	<b>925 314,26</b>	<b>20 732 342,49</b>
<b>TOTAL com pagamentos ADM (b)</b>			<b>74 796 186,51</b>		<b>95 528 529,00</b>

(a) Não inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

(b) Inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

Fig. 56 Despesa por UO

DESPESA POR VALÊNCIA DE ASC DO IASFA E ADM - 2022 (b)	DESPESAS DIRETAS				Total das Despesas Diretas	DESPESAS INDIRETAS	TOTAL DA DESPESA
	Despesas com pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas	Investimento			
INFÂNCIA E JUVENTUDE	689 105,82	261 566,68	121,46	10 150,14	960 944,10	272 896,35	1 233 840,45
FÉRIAS E TEMPOS LIVRES	524 838,98	699 736,30	7 152,35	27 039,82	1 258 767,45	272 896,35	1 531 663,80
APOIO A IDOSOS	3 395 177,34	4 812 924,84	-	185 748,18	8 393 850,36	1 169 555,78	9 563 406,14
APOIO À HABITAÇÃO	403 289,91	714 889,45	5 235,47	2 812,13	1 126 226,96	389 851,93	1 516 078,88
APOIO NA SAÚDE	410 188,67	426 453,95	55,87	4 241,64	840 940,13	272 896,35	1 113 836,48
APOIO SOCIAL	588 960,00	81 356,77	623 951,65	58,84	1 294 327,27	389 851,93	1 684 179,19
<i>Total das Valências de ASC</i>	<i>6 011 560,72</i>	<i>6 996 928,00</i>	<i>636 516,80</i>	<i>230 050,75</i>	<i>13 875 056,27</i>	<i>2 767 948,67</i>	<i>16 643 004,94</i>
ASSISTÊNCIA NA SAÚDE AOS MILITARES (ADM)	909 149,69	212 486,08	76 630 845,38	2 572,32	77 755 053,47	1 130 570,58	78 885 624,06
<b>TOTAL</b>	<b>6 920 710,41</b>	<b>7 209 414,08</b>	<b>77 267 362,18</b>	<b>232 623,07</b>	<b>91 630 109,74</b>	<b>3 898 519,26</b>	<b>95 528 629,00</b>

(b) Inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

Fig. 57 Despesa por valência social

## CAPÍTULO III – AVALIAÇÃO FINAL

A avaliação final incide na concretização dos OSG que vigoraram em 2022 e foram monitorizados relativamente a cada OE, onde se incluem os selecionados para QUAR2022.

É apresentada a execução global do PA e igualmente a execução mais pormenorizada conforme Anexo C.

## 10. BREVE ANÁLISE SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

## 10.1. Execução do plano de atividades

No sentido de assegurar a coerência entre os elementos do QUAR e os documentos previsionais legalmente previstos, apresenta-se o desempenho do IASFA relativamente ao PA2022.

Por OE, foi apurada a taxa de execução de cada **OSG** (≈ objetivo operacional) que traduz a sua realização percentual por referência à concretização e peso do(s) indicador(es) que para ele concorre(m).

Cada indicador tem a sua realização percentual e resultado, o que lhe atribui um estado: *cumprimento* ou *incumprimento*, que influenciará o estado final do OSG.

**Estado alcançado dos OSG no PA**

Da análise global à concretização dos 13 OSG do IASFA, 3 deles em superação, acima de 125%. A execução global foi de 90%.

Obj. Setoriais Gerais		Taxas de execução OSG
<b>OSG42</b>	Implementar a Iniciativa estratégica CAS Alfeite	<b>135%</b>
<b>OSG41</b>	Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	<b>134%</b>
<b>OSG31</b>	Melhorar a comunicação junto dos beneficiários	<b>125%</b>
<b>OSG11</b>	Melhorar o apoio no âmbito da ASC	<b>118%</b>
<b>OSG61</b>	Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria contínua dos serviços no IASFA	<b>114%</b>
<b>OSG12</b>	Melhorar o apoio no âmbito da ADM	<b>100%</b>
<b>OSG32</b>	Melhorar a comunicação junto dos Stakeholders internos e externos do IASFA	<b>98%</b>
<b>OSG21</b>	Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	<b>70%</b>
<b>OSG13</b>	Aferir a satisfação dos beneficiários	<b>64%</b>
<b>OSG52</b>	Consolidar a auditoria	<b>63%</b>
<b>OSG22</b>	Melhorar as condições de sustentabilidade	<b>60%</b>
<b>OSG51</b>	Otimizar os processos internos	<b>56%</b>
<b>OSG62</b>	Melhorar a capacidade de resposta dos Sistemas de Informação (SI)	<b>30%</b>

Fig. 58 Taxa de Execução por OSG

Merece especial atenção o OSG51 e o OSG62 pela sua especificidade. As 5 plataformas em uso, SIGDN, SIASC, SIPIASFA, SIADM e GESDOC, mantiveram a sua resposta, condicionada pela necessidade de investimento para atualização da infraestrutura e de sistemas em particular os dois últimos, que carecem de substituição urgente. Durante o 1º quadrimestre de 2022, o chefe do GSIC, a seu pedido, transferiu-se para outro organismo público, o que veio provocar um atraso execução do PA22 na parte respeitante aos sistemas de informação e comunicações, face à especificidade funcional desta UO e ao perfil técnico do seu dirigente.

Na verdade, como esta saída não estava planeada, só em julho de 2022 é que o novo Chefe do GSIC assumiu funções, altura em que iniciou o processo de diagnóstico e levantamento de necessidades, com vista a inteirar-se da situação do Instituto e do planeamento de atividades elaborado para 2022 neste domínio. Com base na sua experiência e profundos conhecimentos que detém sobre as infraestruturas e sistemas do MDN e das Forças Armadas, levou-o a propor a revisão de opções e prioridades, assumindo-se a intervenção na infraestrutura de comunicações, como essencial e determinante para os padrões de eficiência e eficácia que se pretende atingir no curto/médio prazo na operação dos sistemas em uso.

Nesse sentido houve várias atividades que no final do ano não foram implementadas pela necessidade de se reorientar o esforço e canalizar os recursos disponíveis para as prioridades identificadas.

Manteve-se a inserção de mais 1019 beneficiários na plataforma online “SIMPLEX Beneficiários+Próximo e Saúde Militar+Próxima”, assim como uma nova funcionalidade no portal do beneficiário. Iniciaram-se os estudos com vista a implementar a nova infraestrutura de voz do IASFA tendo sido realizado cerca de 60% das tarefas, ficando pendente o estudo do acesso ao comutador central no EMGFA, para rotear as chamadas para os diversos Ramos.

Manteve-se o esforço de atualização/substituição de equipamentos informáticos tendo-se conseguido a substituição de 90% dos equipamentos com idade superior a 5 anos. Relativamente ao “IASFA SMS - SAMED/Postos Clínicos”, o mesmo foi abandonado por impossibilidade técnica da empresa fornecedora do software. Irá ser adotada uma nova solução informática.

Relativamente à implementação de um “domínio de Active Directory (AD) único do IASFA”, integrando os domínios existentes, será uma opção a reequacionar uma vez que ainda é opção a existência de servidores locais nos CAS.

No que respeita à realização de um “Plano de Continuidade de Serviço e *Disaster recovery*”, está em estudo uma nova arquitetura de comunicações que suportará este objetivo. A “Integração dos sistemas de Informação com a Plataforma de Interoperabilidade do IASFA (e.g. SIADM, SIASC, SIGDN, SIGDocDN)” está em estudo uma nova abordagem, e relativamente à cobertura *Wifi* nos CAS e CEREPOSA, foi diagnosticada como insegura, implicando no futuro uma solução suportada em sistemas com segurança (WLC -Wireless LAN Controller).

As atividades “Implementar sistema de *Business Intelligence* de apoio à gestão”, “Implementar o sistema de BPM”, “Integrar o BI com a Plataforma de interoperabilidade de SI” e “Garantir a execução do projeto IASFA+”, não tiveram registos de execução, uma vez que as prioridades foram reequacionadas e algumas destas atividades, correspondiam a compromissos assumidos pelo anterior dirigente que dispunha de competências específicas para o efeito.

Salienta-se a conclusão e entrada em produção do Sistema de CCTV do CAS de Oeiras.

No anexo C é facultado um painel com informação concisa setorial sobre o estado alcançado e as taxas de realização global dos OSG do IASFA, bem como a Execução completa do PA2022.

### Estado alcançado dos EA no PA2022

A realização dos EA resulta numa taxa de execução final ponderada.

No ciclo anterior a não concretização de EA planeados assentou, na sua maioria, nos condicionalismos decorrentes da pandemia por COVID19, ou pela maior complexidade que se veio a revelar em algumas medidas cuja concretização ficou dependente de outras entidades ou de fatores exógenos. Em 2022 mantiveram-se, ainda que de forma pouco acentuada, os efeitos do contexto pandémico, mas inesperadamente sentiu-se o efeito da inflação provocada pela conflitualidade internacional, com aumento dos preços dos bens e serviços e a escassez de oferta por parte dos mercados.

Igualmente a redução de recursos humanos associada a elevada mobilidade condicionou a execução de atividades.

#### 10.2. Quadros síntese de estado e execução por OSG

Constantes do Anexo C

### 11. APRECIACÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM QUAR

#### 11.1. Execução do QUAR

Neste ponto apresenta-se a avaliação de desempenho relativamente aos objetivos contratualizados em sede de Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública 1 (SIADAP 1), concretamente no QUAR, enquanto elemento-chave da sua proposta de autoavaliação, nos termos do disposto no nº 1 do art.º nº 15º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e seguindo as orientações do CCAS e da SGMDN.

Apresentaram-se objetivos por referência às suas áreas de Missão - Ação Social Complementar e Assistência na Doença aos Militares, à Lei do Orçamento de Estado 2022(LOE22) e a orientações superiores.

Os objetivos mais relevantes foram o 3, 4 e 5, aqueles que, somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final perfazem uma percentagem de 60%, independentemente da sua natureza (eficácia, eficiência e qualidade).

Parâmetro	Objetivo	Indicadores	Indicador	Meta	Resultado	Classif.
Eficácia	01 Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	1	Taxa de casas de renda económica atribuídas em concurso de arrendamento	60%	87%	Superou
	02 Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	2	N.º de Relatórios da Execução Orçamental apresentados ao CD	3	3	Atingiu
Eficiência	03 Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria contínua dos serviços no IASFA	3	Taxa de trabalhadores/as abrangidos/as na realização de ações no domínio da segurança e saúde no trabalho	15%	8%	Atingiu
		4	N.º de medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar implementadas	4	4	Atingiu
		5	Taxa de abrangência de, pelo menos, um ação de formação por ano por trabalhador	20%	19%	Atingiu
		6	Data de apresentação ao CD de medidas corretivas no âmbito de riscos profissionais identificados	31/12/2022	31/12/2022	Atingiu
		7	Taxa de resposta a situações vulneráveis dos trabalhadores, sinalizadas desagregadas por género.	80%	100%	Superou
	04 Melhorar a comunicação	8	N.º de novos beneficiários com o perfil validado que utilizam as funcionalidades do Portal usufruto das medidas SIMPLEX Beneficiários+Próximo e Saúde Militar+Próxima	3000	4081	Superou
Qualidade	05 Aferir a satisfação dos beneficiários	9	N.º de respostas cumulativas ao questionário colocado online	700	1230	Superou

Fig. 59 QUAR Objetivos e indicadores

Dos 5 Objetivos, todos foram cumpridos com 4 superados.

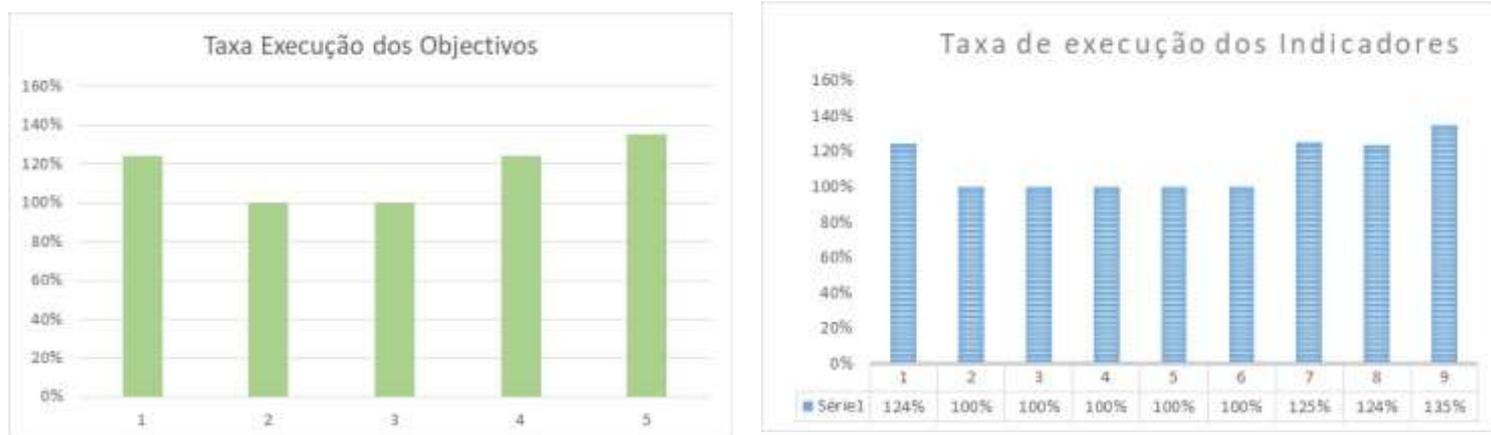


Fig. 60 QUAR Taxa de realização dos 5 Objetivos e Taxa de realização dos 9 indicadores

Para os objetivos QUAR, o Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (CCAS) estabelece orientações técnicas referente aos mais relevantes: “são considerados objetivos mais relevantes aqueles que, somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, perfaçam uma percentagem superior a 50%, resultante do apuramento de, pelo menos, metade dos objetivos, independentemente da sua natureza (eficácia, eficiência e qualidade).” Seguindo este critério, dos 5 objetivos para 2022, 3 foram os mais relevantes, pelos pesos atribuídos no respetivo parâmetro. Todos os 3 foram registados em conformidade com as diretivas da Tutela, não podendo o somatório dos seus pesos ser inferior a 50% no parâmetro.

	Objetivo	Indicadores	Peso no parâmetro	Parâmetro	Objetivo	Peso no QUAR
Eficácia	01 Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	1	40%	Eficácia	01 Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	16%
	02 Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	2	60%		02 Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	24%
Eficiência	03 Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria continua dos serviços no IASFA	3	20%		Eficiência	03 Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria continua dos serviços no IASFA
		4	20%	04 Melhorar a comunicação		15%
		5	20%	Qualidade	05 Aferir a satisfação dos beneficiários	30%
		6	20%			
		7	20%			
	04 Melhorar a comunicação	8	100%			
Qualidade	05 Aferir a satisfação dos beneficiários	9	100%			

Fig. 61 Ponderação do Objetivo no parâmetro

Os Objetivos e indicadores integram os parâmetros previstos em QUAR: eficácia, eficiência e qualidade e cada parâmetro tem, igualmente, a sua taxa de realização.

Os dois Objetivos constantes do parâmetro eficácia foram selecionados por referência à Missão do IASFA.

	Objetivo	Indicadores	Resultado	Taxa realiz.	% em QUAR
Eficácia	01 Implementar iniciativas que respondam às necessidades dos Beneficiários e promovam a otimização de capacidades e competências	1	87%	124%	20%
	02 Avaliar e monitorizar os resultados financeiros	2	3	100%	24%

Fig. 62 QUAR Parâmetro Eficácia

Os Objetivos constantes **do parâmetro eficiência** foram selecionados tendo presente, em parte, orientações no âmbito da LOE2022.

	Objetivo	Indicadores	Resultado	Taxa realiz.	% em QUAR
Eficiência	03 Promover a boa gestão dos trabalhadores perspetivando a melhoria continua dos serviços no IASFA	3	8%	100%	15%
		4	4	100%	
		5	19%	100%	
		6	31/12/2022	100%	
		7	100%	125%	
	04 Melhorar a comunicação	8	4081	124%	19%

Fig. 63 QUAR Parâmetro Eficiência

O Objetivo constante **do parâmetro qualidade** foi selecionado tendo orientações no âmbito da LEO2022 e da SGMDN.

	Objetivo	Indicadores	Resultado	Taxa realiz.	% em QUAR
Qualidade	05 Aferir a satisfação dos beneficiários	9	1230	135%	41%

Fig. 64 QUAR Parâmetro Qualidade



Fig. 65 QUAR Taxa Realização por parâmetro

A avaliação global do QUAR é calculada por referência às taxas de realização de cada um dos parâmetros.

Ponderação por parâmetro	Taxa de realização do parâmetro no QUAR	Taxa de Execução QUAR	Proposta de Avaliação Global
Eficácia	40%	44%	Bom (118,67%)
Eficiência	30%	34%	
Qualidade	30%	41%	

Fig. 66 QUAR Avaliação global

Da análise dos dados constata-se um **desempenho positivo**, tendo sido atingidos todos os Objetivos e superado 3. Com base nos resultados obtidos podemos concluir que:

- ✓ Todos os Objetivos eleitos para o QUAR foram cumpridos.
- ✓ O resultado Global ponderado é de **118%**.

### 11.2. Autoavaliação e Menção proposta

Dando cumprimento ao n.º 1 e nº 3 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro, o dirigente máximo do serviço propõe a menção que corresponde aos resultados obtidos na Autoavaliação, numa expressão qualitativa.

Resultados da Autoavaliação:

O IASFA superou 3 dos 5 Objetivos definidos, tendo atingido todos os outros.

Menção proposta

O balanço do PA2022 revelou-se positivo com uma execução de 90%.

O QUAR (Anexo A deste Relatório) apresentou uma execução de 118%.

Face aos resultados apresentados, o Presidente do CD do IASFA propõe uma autoavaliação com a menção de «Desempenho Bom».

## 12. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO DOS STAKEHOLDERS

### 12.1. Conselho Consultivo

Nos termos do Artigo 9.º do Decreto-lei 193/2012 de 23 agosto, o IASFA, dispõe de um Conselho Consultivo (CC), órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do IASFA, e nas tomadas de decisão do CD, composto pelo Presidente do CD, que preside, dois representantes do MDN, um representante do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e de cada um dos ramos das Forças Armadas e um representante de cada associação profissional de militares legalmente constituída.

O Conselho Consultivo reuniu e apreciou documentos do IASFA em 28 de junho de 2022.

Posteriormente, e a propósito do debate de uma nova estratégia para o IASFA, iniciou-se um ciclo de debate com os *stakeholders* do IASFA e em especial com os vogais do CC.

Tratando-se, pois, de um processo de grande sensibilidade, o mesmo exigiu cuidada ponderação recomendando-se um debate amplamente participado pelos beneficiários e outros *stakeholders* do IASFA, antes da tomada de decisão final sobre as opções a seguir. Para este desiderato o documento

foi atempadamente publicado na página da internet do IASFA (disponível para todos aqueles que desejaram dar o seu contributo), tendo sido divulgado pelos diversos meios ao nosso alcance e solicitados os especiais contributos aos membros do Conselho Consultivo (CC), de que nos permitimos dar destaque às associações socioprofissionais, Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), Ramos e Ministério da Defesa nacional (MDN).

Foram elencadas 14 “bases” para o futuro agrupadas em três eixos:

- A. Concretizar as expetativas dos beneficiários.
- B. Assegurar a sustentabilidade.
- C. Mais eficiência, eficácia e qualidade.

Assim, realizaram-se reuniões com os membros do Conselho Consultivo em 3 datas distintas, numa primeira com as Associações socioprofissionais (11out22), numa segunda com os representantes do EMGFA e Ramos (13out22) e por último com os representantes dos órgãos do MDN (18out22).

## *12.2. Avaliação por parte dos beneficiários*

### *12.2.1. Inquéritos de satisfação realizados aos beneficiários*

No ano de 2022 foram efetuadas aferições consideradas determinantes para o futuro da ASC, designadamente, a aferição da satisfação global dos beneficiários na resposta Valências e Resposta Sociais, a aferição da satisfação global dos beneficiários nas respostas Turismo e Lazer, e a aferição da satisfação global dos beneficiários nas respostas Habitação Social, tendo sido obtidas 992 respostas cumulativas.

### *12.2.2. Avaliação por parte dos beneficiários à qualidade do serviço prestado*

No ano de 2022 a satisfação dos beneficiários foi monitorizada nas respostas sociais Valências e Resposta Sociais, Turismo e Lazer e Habitação Social, tendo sido obtidos resultados que se consideram muito satisfatórios.

#### **Questionário Valências e Respostas Sociais**

Num total de 344 respostas cumulativas, o grau de satisfação global com os serviços prestados pelo IASFA, incluindo as ERPI, Berçário, Creche e outros, no sentido de recomendarem os serviços do IASFA a outros beneficiários, foi de 6,78 numa escala de 1 a 10, em que a opção “10” representa a melhor satisfação.

Importa relevar que os serviços ADM são aqueles a que os beneficiários recorrem com mais frequência, representado 68% das respostas recolhidas.

#### **Questionário Turismo e Lazer**

Num total de 489 respostas cumulativas, o grau de satisfação global com os serviços Turismo e Lazer foi de 3,90 numa escala de 1 a 5, em que a opção “Totalmente satisfeito” é representada pelo valor mais elevado (5).

#### **Questionário Habitação Social**

Num total de 159 respostas cumulativas, o grau de satisfação global com os serviços relacionados com Habitação Social foi de 2,90 na avaliação das infraestruturas dos edifícios em que residem, e de 2,59 na avaliação da fração em que residem, ambas numa escala de 1 a 5, em que a opção “Totalmente satisfeito” é representada pelo valor mais elevado (5).

### 12.3. Audição de colaboradores e dirigentes na autoavaliação dos serviços

Aplicaram-se questionários de satisfação aos colaboradores do IASFA e aos Dirigentes.

O grau de satisfação global dos colaboradores classificado entre bom e muito bom (entre 4 e 5) foi de 65%. Foi enviado o questionário (via email) para 422 colaboradores tendo sido recebidas 102 respostas.

Aos Dirigentes foram enviados 24 questionários, aos quais 15 responderam tendo 9 destes considerado um grau de satisfação bom e muito bom (entre 4 e 5) correspondendo a 60%.

Os questionários de satisfação revestiram-se de forma aleatória e confidencial, cujo objetivo foi avaliar o modo como os colaboradores e dirigentes percecionaram a organização, aferir o grau de satisfação com a mesma e grau de motivação sobre as atividades que desenvolvem.

- Enviado a 422 Trabalhadores/as – 102 Respostas, em que 67 das respostas foram com grau de satisfação de 4 e /ou 5;
- Enviado a 24 Dirigentes – 15 Respostas, em que 9 das respostas foram com grau de satisfação de 4 e/ou 5;

No sentido de perceber se a formação ministrada foi de encontro às necessidades pessoais e profissionais dos seus trabalhadores, foi divulgado um questionário de avaliação da eficácia da formação, que visou identificar a adequação dos programas e o impacto da ação de formação, ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional, bem como, do desempenho no contexto de trabalho.

- Enviado a 422 Trabalhadores/as – 90 Respostas

### 13. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Anexo B deste Relatório, *Questionário SCI* do CCAS constante do Documento Técnico n.º 1/2010, de 4 de março, avalia o Sistema de Controlo Interno (SCI) das Organizações e foi preenchido pelo IASFA. A sua aplicação é obrigatória nos termos da referida norma e as taxas de execução apresentadas pelo IASFA resultam da sua autoavaliação às respostas, numa perspetiva de consolidar a antecipação de riscos e corrigir desvios, com especial enfoque nas dimensões abordadas:

100%	Ambiente de controlo
100%	Estrutura organizacional
56%	Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados
57%	Fiabilidade dos Sistemas de Informação

Fig. 67 Taxas de execução IASFA - Dimensões do Questionário SCI

O sistema de controlo interno engloba, nomeadamente, o plano de organização, as políticas, os métodos, procedimentos e boas práticas de controlo, que contribuem para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada, eficiente e transparente.



Fig. 68 Mecanismos controlo interno no IASFA

### 13.1 Estrutura organizacional:

Para cumprimento da sua Missão e Atribuições o IASFA baseia-se numa estrutura orgânica hierarquizada, constituída por um Conselho Diretivo composto por um Presidente e dois Vogais. Fazem, igualmente, parte da estrutura hierárquica Unidades Orgânicas: duas Direções de Serviços, 5 Gabinetes, 1 Equipa designada gabinete e 13 Equipamentos Sociais.

### 13.2 Atividades e procedimentos de controlo interno administrativo implementados:

#### ○ **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)**

De um modo geral, a implementação em 2022 das medidas de prevenção dos riscos identificados no PPRCIC, considera-se satisfatória com 64% de medidas implementadas e 24% parcialmente implementadas.

Dos restantes 12% constam medidas não implementadas e/ou sem estado de implementação disponibilizado.

As UO responderam ao que foi solicitado em tempo e de um modo geral denotaram preocupação com a implementação das medidas mitigadoras. Em vários casos não foi possível incrementar o número de medidas implementadas/parcialmente implementadas, por falta de recursos humanos e porque as necessárias soluções informáticas ainda estão em implementação.

Foram elaborados:

- ✓ Avaliação semestral da execução do PPRCIC, documento interno;
- ✓ Relatório anual de execução do PPRCIC, documento de divulgação ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

#### ○ **Auditoria**

Foram planeadas 4 auditorias internas a realizar no ano 2022 tendo sido realizadas 2, ou seja, 50% do planeado.

Relativamente ao Plano Anual de Auditorias 2022:

- Internas – realizadas duas auditorias internas (AI):
  - AI 03/2022 Participações e Subsídios ASC e ADM;
  - AI 04/2022 - Segurança e Defesa Alimentar.

Não foram realizadas:

- AI 01/2022 - Contratação Pública - foi considerada redundante com o trabalho da FU.
- AI 02/2022 - Regulamento Geral de Proteção de Dados - com a entrada em vigor do Dec. Lei 109E verificou-se a alteração do contexto em vigor tendo-se decidido cancelar a mesma.
- Externas – acompanhadas as auditorias da IGDN, constituindo-se o Chefe do GAI como POC para a IGDN.
  - Aud. 15/2022 - Promoção da Igualdade de Género na Defesa Nacional - 15/2022
  - Aud. 26/2022 - SIADAP 2 e 3 - avaliação do desempenho do pessoal civil
  - Aud. 39/2022 - Gestão e Controlo de inventários
  - Aud. 48/2022 - Gestão de ativos fixos tangíveis
  - Aud. 64/2022 - Implementação do novo regime de Teletrabalho
  - Aud. 34/2022 - Prevenção e deteção de riscos na ação pública (Plano Gestão de Riscos) - (não realizada)

○ **Sistema de Monitorização e Controlo**

Na perspetiva de que a monitorização evolutiva e a rotina de apresentação/discussão de resultados facilitam a adoção de medidas corretivas atempadas e colaboram para um desempenho positivo do IASFA, foram elaborados:

- ✓ PA e QUAR
- ✓ *Reports* trimestrais ao CD
- ✓ Relatório de atividades.

○ **Fiscal Único**

Enquanto Instituto público, o IASFA possui um órgão de fiscalização, Fiscal Único, que é revisor oficial de contas e auditor na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Este órgão tem por missão o controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do IASFA. Em concreto acompanha e controla o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, bem como a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial e a contabilidade.

○ **Sistema de normalização contabilística**

Mantém-se a utilização do sistema de normalização contabilística da Administração Pública (SNC-AP), caracterizado pela afinidade com a legislação contabilística da União Europeia, associada com as normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras de finalidades gerais estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade com as demonstrações financeiras de períodos homólogos do IASFA.

#### 14. MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

O reforço positivo é uma ferramenta fundamental de incentivo. Em 2022, foram desenvolvidas medidas para otimizar o desempenho dos colaboradores do IASFA, nomeadamente:

- ✓ Consolidação da Linha de Informação ao Beneficiário.
- ✓ Formação direcionada e especializada para a missão IASFA, revelando-se de extrema importância no aperfeiçoamento e consolidação de competências. Deve esta medida ser cada vez mais abrangente ao nível do IASFA.

## 15. CONCLUSÕES (e PROSPETIVA)

O presente relatório, para além de cumprir a sua finalidade de dar a conhecer o desempenho do IASFA durante o ano de 2022, assinala o fim de um ciclo estratégico.

Na verdade, o plano estratégico concebido em 2019 previa um ciclo de três anos, dada a necessidade urgente e imperiosa de alcançar o equilíbrio financeiro do IASFA, sem comprometer o apoio prestado aos beneficiários, apoio que se desejava melhorar, de forma a tirar o IASFA da situação muito difícil em que se encontrava na altura.

Basicamente, esse grande desiderato foi efetivamente alcançado no final de 2021, materializado pelo saneamento da totalidade da dívida do subsistema ADM aos prestadores privados de cuidados de saúde e com a introdução das diversas medidas que foram tomadas, com o indispensável apoio da nossa Tutela, com o objetivo de equilibrar, não apenas a ADM, mas também o sistema de ação social complementar do IASFA. Pesem embora as sérias condicionantes que pandemia por COVID-19 impôs nos anos de 2020 e 2021, podemos dizer que as medidas adotadas também contribuíram para melhorar o apoio prestado aos beneficiários, tanto ao nível da ASC como da ADM. Os resultados que foram alcançados são apresentados no relatório de atividades de 2021.

Porém, no final de 2021, havia também a consciência de haver vantagem em manter a estratégia formulada em 2019 por mais um ano, estendendo o ciclo até ao final de 2022, para consolidar e desenvolver os resultados alcançados e dar mais tempo à concretização dos objetivos de maior complexidade que estavam para além das competências do IASFA. Por outro lado, antecipado que foi o final da legislatura, aproveitava-se o ano de 2022 para debater e formular uma nova estratégia para o próximo ciclo, como efetivamente veio a acontecer, a submeter posteriormente à nova Tutela.

Foi este o caminho que nos propusemos fazer em 2022, conforme foi espelhado na adenda de 2022 ao plano estratégico para 2019 a 2021 e no plano de atividades e QUAR de 2022. Contudo, mas mais uma vez o ambiente externo ao IASFA trouxe um acontecimento que veio alterar substantivamente as condições que tínhamos admitido para desenvolver a nossa ação em 2022. Tal como a pandemia nos anos de 2020 e 2021, a invasão da Ucrânia, iniciada a 24 de fevereiro de 2022, produziu efeitos na economia que vieram trazer novas e significativas condicionantes à atividade do IASFA, desde logo, as que decorreram (e continuam a decorrer) do aumento generalizado e transversal dos preços. O eclodir de uma guerra na Europa trouxe também novos desafios e novas prioridades para o setor da Defesa e das Forças Armadas que vieram influenciar as agendas dos países da União Europeia e da OTAN. Portugal não foi exceção, mas com a particularidade de o início da guerra ter quase coincidido com a posse do XXIII Governo de Portugal, a 30 de março de 2022.

Foi neste quadro que o IASFA cumpriu a sua missão em 2022.

Uma breve análise aos resultados apresentados em QUAR dá conta, ainda assim, da boa execução conseguida durante este ano, em particular no âmbito financeiro. Contudo, a execução da despesa com pessoal ficou abaixo do planeado, confirmando a tendência de anos anteriores de redução, em valores absolutos, dos recursos humanos do Instituto, com maior incidência nas categorias de assistentes operacionais e assistentes técnicos, associada à idade avançada que os conduz para a situação de reforma. Esta situação é mais sensível nos CAS de nível 1, em especial nos que têm ERPI, onde os residentes carecem de apoio especializado difícil de contratar recorrendo a serviços externos.

Em 2022, o IASFA continuou a reavaliar os seus processos internos para os tornar mais eficientes, com especial ênfase para os sistemas de informação e para a infraestrutura de comunicações, realizando diagnósticos, projetos e investimentos pontuais, progressivos, visando a modernização dos serviços e o estreitamento da comunicação com os beneficiários.

Igualmente manteve e a reforçou a capacidade de auditoria interna, apostando no desenvolvimento de uma cultura de rigor e transparência, transversalmente a todas as áreas de atividade.

Uma síntese dos resultados do IASFA em 2022, nomeadamente ao nível do PA, do QUAR, da Avaliação do Sistema de Controlo Interno e das medidas de reforço positivo de desempenho concretizadas traduz um cenário de **desempenho global positivo**.

90%	Taxa de execução do PA
118%	Taxa de execução do QUAR
n.d.	Satisfação global dos colaboradores
73%	Avaliação do sistema de controlo interno
2	Medidas de reforço de desempenho

Fig. 69 IASFA, Desempenho global

Como se disse, o aumento da inflação colocou maior pressão nas medidas para manter o equilíbrio financeiro do Instituto, em particular na ASC e nas tarefas de apoio que são transversais à ASC e à ADM. Refira-se que a pressão do aumento dos preços também se fez sentir na gestão dos processos de contratação pública que foram realizados para dar resposta às necessidades do Instituto.

Especificamente em relação à ADM a pressão veio sobretudo do lado das alterações às políticas sociais do Estado, nomeadamente, do aumento da RMMG que teve reflexos na diminuição da receita (os beneficiários com pensão igual ou inferior a 1,5 da RMMG ficam isentos de descontos), bem como das sucessivas atualizações dos preços das tabelas da ADSE, acordados diretamente entre a ADSE e os prestadores privados de cuidados de saúde e apenas comunicadas à ADM. Embora o ambiente externo tenha criado condições que não favoreceram os esforços desenvolvidos para consolidar o equilíbrio financeiro do Instituto, a situação do IASFA manteve-se controlada.

Mas se o financiamento para a atividade quotidiana foi e continua a ser essencial, igualmente determinante é readquirir a capacidade de investimento que permita melhorar o apoio prestado aos beneficiários e aumentar o volume da receita arrecada, contribuindo assim para no futuro reforçar as condições de sustentabilidade e consolidar, plenamente, o equilíbrio financeiro do IASFA.

Neste último ciclo estratégico que terminou no final de 2022 foram dados passos importantes para a concretização desse objetivo central, quer na componente da assistência na doença (ADM) como na ação social complementar (ASC), sendo certo que é importante continuar os esforços já desenvolvidos tanto ao nível do IASFA como a um nível superior, em especial as medidas de maior complexidade e que ultrapassam as nossas competências que ficaram por concretizar no ciclo anterior. De entre elas destacam-se as seguintes:

- Revisão do regime jurídico da ADM: os pagamentos ao SSM constituem outro fator importante que contribui para o défice da ADM. Há uma proposta de revisão do regime jurídico da ADM que foi submetida à tutela pela Plataforma, mas que não merece a concordância do IASFA relativamente à relação da ADM com o SSM, conforme tem sido referido em anteriores relatórios. O IASFA considera que a relação da ADM com o SSM deve ser equivalente à relação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com os devidos ajustamentos, como aliás se pode inferir do regime jurídico da ADM contemplado no Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, nos seus artigos 9º (Entidades prestadoras) e 10º (Prestações de cuidados de saúde em estabelecimentos públicos).
- Portaria n.º 1034/2009 - Mantém-se a recomendação de se encontrar (em sede da Plataforma) uma solução urgente para estes dois fatores, Portaria n.º 1034/2009 e SSM, pois são fatores que não têm paralelo em nenhum outro SPS e são estruturantes (e indispensáveis) para o equilíbrio financeiro da ADM.

- A regularização da faturação emitida pelo HFAR e enviada à ADM e que se encontra por pagar. Esta situação tem origem no período que vai de 2015 a 2018, inclusive, quando a ADM pagou indevidamente, com os descontos dos seus beneficiários, um elevado volume de faturação ao HFAR (e a outros órgãos do SSM) relativa a cuidados de saúde que deveriam ter sido pagos pelo Estado. Importa assim encontrar uma solução para resolver este problema sem penalizar o SSM nem a ADM nem tão pouco os seus beneficiários.
- A revisão do regime jurídico da ADM, será a sede mais adequada para encontrar a solução mais adequada para estas e outras responsabilidades que continuam associadas (indevidamente) ao subsistema, como sejam a assistência na doença aos militares em missão fora do Território Nacional, os acidentes em serviço e as questões que decorrem de decisões relativas às políticas sociais do Estado.

No decurso do processo de auscultação e debate sobre as designadas “Bases para uma estratégia para o IASFA – 2023 a 2025”, conduzido em 2022, foram identificados objetivos e medidas que se considera haver vantagem em os incluir no plano estratégico para o próximo ciclo. Na verdade, o plano de atividades elaborado para 2023, já assenta numa nova estrutura de objetivos estratégicos, mais simples e com um número de objetivos mais reduzido, mas capaz de absorver os resultados da auscultação e debate conduzido em 2022, como foi referido, caso se obtenha a anuência e o apoio da nossa Tutela, sobre o caminho que se propõe para o IASFA.

De entre esses objetivos e medidas, salientam-se os seguintes:

- Dar a possibilidade aos militares em RV/RC passarem a ser beneficiários do IASFA para a ASC, conferindo maior coerência e atualidade à missão do IASFA, enquanto Instituto de ação social das, e para as, Forças Armadas no seu conjunto, adequando-a à época pós-extinção do SEN/SMO, em que se desenvolveu e implementou a política de profissionalização do serviço militar, e reforçando o papel que pode assumir na concretização das políticas de ação social que vierem a ser definidas para as Forças Armadas e em articulação com elas.
- Modernizar o IASFA, alavancando o investimento na infraestrutura de comunicações, nos sistemas de informação e na recuperação do património, de forma faseada, potenciando a sua efetiva exploração em proveito dos beneficiários e da realização de receitas, como é exemplo a recuperação total do bairro do Alfeite.
- Alterar a estrutura orgânica do IASFA conferindo-lhe maior flexibilidade para se ajustar às exigências do serviço, sempre que seja necessário, tanto ao nível do dispositivo como também ao nível dos seus serviços centrais.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Grandes Números IASFA-31DEZ22.....	8
Fig. 2 Execuções alcançadas PA2022 e QUAR2022 .....	8
Fig. 3 Organograma .....	10
Fig. 4 Stakeholders .....	12
Fig. 5 Valências do IASFA .....	13
Fig. 6 Os Objetivos Setoriais Gerais (OSG) e os Objetivos QUAR .....	13
Fig. 7 Relação das UO com os OSG, alocados aos OE .....	14
Fig. 8 Beneficiários ASC Ramos .....	16
Fig. 9 Subsídios .....	17
Fig. 10 Participações financeiras .....	18
Fig. 11 Admissão ERPI .....	19
Fig. 12 Capacidade ERPI .....	19
Fig. 13 Gestão de Listas de espera .....	20
Fig. 14 Cofre Previdência Forças Armadas – Escalão Etário .....	20
Fig. 15 Cofre de Previdência das FFA-Ramos e situação .....	20
Fig. 16 Falecimentos/candidaturas de herdeiros/beneficiários aos subsídios por morte.....	21
Fig. 17 Distribuição das Consultas por CAS.....	21
Fig. 18 variação do N.º de consultas nos CAS com Postos Clínicos .....	21
Fig. 19 Assistência Médica Global .....	22
Fig. 20 N.º de Consultas e atos de estomatologia.....	23
Fig. 21 Variação Consultas e atos de estomatologia por CAS.....	23
Fig. 22 Situação Protocolos .....	23
Fig. 23 N.º de intervenções .....	24
Fig. 24 Ocupação Patrimonial .....	25
Fig. 25 Arrendamento para habitação.....	26
Fig. 26 Valores de arrendamento na renda económica .....	26
Fig. 27 Valores de rendimento dos arrendatários na renda económica .....	27
Fig. 28 Contratos de arrendamento .....	27
Fig. 29 Distribuição Arrendatários em regime de arrendamento de renda económica em 2021 .....	27
Fig. 30 Estrangeiros em Portugal: incluindo circuitos e regime individual .....	28
Fig. 31 Beneficiários inscritos em regime individual em países CLIMS em 2022. ....	30
Fig. 32 O dispositivo geográfico dos CAS .....	30
Fig. 33 Distribuição por CAS das Valências e áreas de atuação .....	31
Fig. 34 N.º Beneficiários com cartão ADM por Ramo FFAA.....	34
Fig. 35 Tipologia beneficiários.....	34
Fig. 36 Evolução anual dos beneficiários da ADM – Titulares e Familiares .....	34
Fig. 37 Escalão etário dos Beneficiários.....	35
Fig. 38 Beneficiários Portaria 1034-2009 .....	35
Fig. 39 Cartões emitidos .....	35
Fig. 40 Variação dos beneficiários extraordinários .....	36
Fig. 41 Variação dos beneficiários dos beneficiários associados .....	36
Fig. 42 RH planeados e realizados.....	40
Fig. 43 Índice de produtividade dos RH .....	41
Fig. 44 Colaboradores militares e civis no IASFA.....	41
Fig. 45 Civis no IASFA.....	42
Fig. 46 Militares no IASFA por Ramo .....	42
Fig. 47 Militares no IASFA .....	43

Fig. 48 Dirigentes do IASFA .....	43
Fig. 49 Caracterização sociográfica dos colaboradores .....	44
Fig. 50 Seleção de indicadores Balanço Social .....	44
Fig. 51 Número Formandos .....	44
Fig. 52 Ações de Formação versus Número de formandos .....	44
Fig. 53 Execução Plano de formação .....	44
Fig. 54 Recursos financeiros Execução QUAR2022 .....	45
Fig. 55 Índice de custo-eficácia .....	45
Fig. 56 Despesa por UO.....	46
Fig. 57 Despesa por valência social .....	46
Fig. 58 Taxa de Execução por OSG .....	47
Fig. 59 QUAR Objetivos e indicadores .....	49
Fig. 60 QUAR Taxa de realização dos 5 Objetivos e Taxa de realização dos 9 indicadores .....	50
Fig. 61 Ponderação do Objetivo no parâmetro .....	50
Fig. 62 QUAR Parâmetro Eficácia .....	51
Fig. 63 QUAR Parâmetro Eficiência .....	51
Fig. 64 QUAR Parâmetro Qualidade .....	51
Fig. 65 QUAR Taxa Realização por parâmetro .....	51
Fig. 66 QUAR Avaliação global .....	52
Fig. 67 Taxas de execução IASFA - Dimensões do Questionário SCI .....	54
Fig. 68 Mecanismos controlo interno no IASFA .....	55
Fig. 69 IASFA, Desempenho global .....	58

## GLOSSÁRIO

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho	GSIC - Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação
ADSE- Assistência na Doença aos Servidores do Estado	IE- Indicador estratégico
AOV – Aluguer Operacional de Viaturas	IP - Instruções Permanentes
ASC - Ação Social Complementar	LC – Liga dos Combatentes
BSC – “Balanced Scorecard”	LEAN - método de gestão focada em reduzir desperdício
CAS / SS – Centro Apoio Social/Serviço Social	MDN – Ministério da Defesa Nacional
CDD – Centro de Dados da Defesa da SGMDN	MEEFI – Memorando de entendimento para o equilíbrio financeiro do IASFA
CE – Comparticipação Escolar	MF – Ministério das Finanças
CEAD – Comparticipação Especial de Apoio à Deficiência	OE - Objetivos Estratégicos
CEREPOSA - Centro de Repouso de Porto Santo	OO - Objetivos Operacionais
CGA – Caixa Geral de Aposentações	PGRIC – Plano Gestão Riscos Corrupção e infrações conexas.
CLAS – Conselho Local de Ação Social	POPH - Programa Operacional de Potencial Humano
CLIMS - Comité de Ligação Internacional dos Organismos Militares Sociais	PPPV - Parecer Prévio Vinculativo
CPFA – Cofre de Previdência das Forças Armadas	RLE - Regime Livre Escolha
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa	SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
DAS - Divisão de Apoio Social	SAMA - Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública
DGAEP – Direção Geral Emprego Público	SAMED – Serviço de Apoio Médico
DGBB – Divisão de Gestão de Beneficiários e Benefícios	SCNP – Subsídio Complementar Normal de Pensões
DGP – Divisão de Gestão do Património	SEAP – Subsídio Especial de Apoio à 3ª Pessoa
DGP – Divisão de Gestão de Prestadores	SEL – Subsídio Especial de Lar
DIRSAM/EMGFA - Direção de Saúde Militar do Estado Maior General das Forças Armadas	SER - Subsídio Especial de Residente
DSADM – Direção de Serviços de Assistência na Doença a Militares	SGADM- Sistema de Gestão da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas
DSASC – Direção de Serviços de Ação Social Complementar	SGMDN – Secretaria-Geral do MDN
DTL– Divisão de Tempos Livres	SIASC - Sistema de Informação da Ação Social Complementar
DUC - Documento único de cobrança	SICOF - Sistema de faturação da ADSE
EA – Elemento de ação	SIG – Sistema Integrado de Gestão
ERPI - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas	SIADM - Sistema de Gestão da ADM
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública	SIPIASFA – Sistema de informação Patrimonial do IASFA
GA – Gabinete de Auditoria	SCI -Sistema de Controlo Interno
GACD - Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo	SPS ADM - Sistema Público de Saúde ADM
GPGFO – Gabinete de Planeamento, Gestão Financeira e Orçamento	UERHE – Unidade Equivalente de Recursos Humanos Executados
GLINTT - Global Intelligent Technologies	UERHP - Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados
GRH - Gabinete de Recursos Humanos	UF – Unidade Funcional
GRM – Gabinete de Recursos Materiais	UMC – Unidade Ministerial de Compras

## ANEXOS

ANEXO A – Avaliação Final QUAR

ANEXO B – Parâmetros de avaliação do Sistema de Controlo Interno

ANEXO C – Resultados do Plano de Atividades por Unidade Orgânica e Objetivo Setorial Geral

ANEXO D – Balanço Social

ANEXO E – Recursos Financeiros